

12. Protocolos de Cooperação para funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, bem como no n.º 3 do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 8.º, ambos da Portaria n.º 188/2024, de 18 de setembro, na sua redação atual, no sentido de serem aprovados os seguintes protocolos de cooperação para funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, a celebrar com as seguintes entidades.

- Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha;
- Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró /ASCDRENO;
- Associação Juvenil “A Bogalha”;
- Centro Comunitário de São Martinho de Dume;
- Centro Cultural e Social de Santo Adrião;
- Colégio de São Caetano;
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga;
- Santa Casa da Misericórdia de Braga;
- Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL;
- O modelo de regulamento Interno do serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado, que faz parte da proposta;
- Os quadros financeiros associados a esta operação, em anexo;
- Os documentos modelo de monitorização de Acordos de Intervenção e Contratos de Inserção;
- O protocolo sobre Tratamento e Proteção de Dados Pessoais, a celebrar entre o Município de Braga, o Instituto de Segurança Social, IP e o Instituto de Informática, IP.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 26347

Data: 27/03/2023

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a) Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O Presidente

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

Assunto: Transferência de competências em matéria de Ação Social

Considerando que:

- A Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 03 de Abril de 2023, assegurar o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI);
- Relativamente ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro;
- Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências;
- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, na sua atual redação, o Município de Braga pode celebrar parcerias com entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
- Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
- Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro, na sua atual redação;
- Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: *a)* Os serviços a prestar; *b)* O âmbito territorial de intervenção; *c)* As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; *d)* O regulamento interno; *e)* As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; *f)* Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; *g)* As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);

- O SAAS possui obrigatoriamente um Regulamento Interno, cujo modelo é aprovado pela Câmara Municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;

Proponho que, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º do DL n.º 55/2020, de 12 de Agosto, bem como, no n.º 3, do artigo 5.º e no n.º 3 do artigo 8.º, ambos da Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal de Braga delibere aprovar:

- Os protocolos de cooperação para funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado a celebrar com as seguintes entidades:

- Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha
- Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró | ASCDRENO
- Associação Juvenil “A Bogalha”
- Centro Comunitário de São Martinho de Dume
- Centro Cultural e Social de Santo Adrião
- Colégio São Caetano
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
- Santa Casa da Misericórdia de Braga
- Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL

- O modelo de Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado que faz parte da presente proposta;

- Os quadros financeiros associados a esta operação, em anexo;

- Os documentos-modelo de monitorização de Acordos de Intervenção e Contratos de Inserção;

- O Protocolo sobre Tratamento e Proteção de Dados Pessoais, a celebrar entre o Município de Braga, o Instituto de Segurança Social, IP e o Instituto de Informática, IP.

O Chefe de Divisão

Anexos:

- 1. Proposta e respetiva fundamentação / Informação técnica;**
- 2. Protocolos de cooperação para funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado a celebrar com as seguintes entidades:**
 - Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha
 - Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró | ASCDRENO
 - Associação Juvenil “A Bogalha”
 - Centro Comunitário de São Martinho de Dume
 - Centro Cultural e Social de Santo Adrião
 - Colégio São Caetano
 - Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga
 - Santa Casa da Misericórdia de Braga
 - Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL
- 3. O modelo de Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado que faz parte da presente proposta;**
- 4. Os quadros financeiros associados a esta operação, em anexo;**
- 5. Os documentos-modelo de monitorização de Acordos de Intervenção e Contratos de Inserção;**
- 6. O Protocolo sobre Tratamento e Proteção de Dados Pessoais, a celebrar entre o Município de Braga, o Instituto de Segurança Social, IP e o Instituto de Informática, IP.**

INFORMAÇÃO

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE AÇÃO SOCIAL

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE BRAGA

No âmbito da descentralização de competências em matéria de Ação Social, o Município de Braga, passará, a partir de 03 de Abril de 2023, a exercer as competências transferidas para os órgãos municipais com base no plasmado no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto, Lei-Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, concretizadas através do Decreto -Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, e demais portarias publicadas em Março de 2021, complementadas por outros diplomas específicos, alguns dos quais foram, inclusivamente, permitindo a (*óbvia*) possibilidade de recusa e/ou adiamento de início de novas tarefas até estarem reunidas condições de sucesso para tal exercício.

Considerando que, durante este longo período de tempo, decorrido desde a primeira produção legislativa, sucedida por vários momentos de nova produção de diplomas regulatórios, persistiram inúmeras dificuldades, associadas, por um lado, ao desconhecimento dos processos, procedimentos e trabalhos executados no terreno por técnicos de diversas entidades, mediante supervisão e coordenação da Segurança Social e, por outro, à necessidade de garantia de sucesso no complexo processo de transferência de competências para as Autarquias Locais no domínio da Ação Social, designadamente o reforço e capacitação da equipa municipal (*Divisão de Coesão Social e Solidariedade*), assim como a formação para acesso e trabalho em plataformas específicas da responsabilidade de gestão da Segurança Social e, ainda, a formação das equipas das entidades que estão no terreno, que passarão a atuar numa perspetiva de dupla intervenção no mesmo território (*Ação Social e Rendimento Social de Inserção*).

Importa, portanto, destacar que o exercício e a prestação de um serviço de qualidade aos nossos cidadãos, impõe que haja um domínio claro dos instrumentos regulatórios, associado ao conhecimento no terreno e a uma efetiva e cuidada preparação e adaptação a vários níveis, como sendo os Recursos Físicos e Financeiros e os Sistemas de Informação, além dos antes mencionados Recursos Humanos.

Todo este cenário de enorme exigência e complexidade, conjugado com a insuficiência dos valores comunicados aos Municípios e com a realização de apenas duas reuniões, em Julho e Novembro de 2022, da respetiva Comissão de Acompanhamento, determinou que o Município de Braga não avançasse mais cedo para assumir as novas competências determinadas por Lei, por manifesta inexistência de condições, sendo que ainda persistem várias lacunas.

Além disso, destacar o facto de os representantes das entidades que operam no nosso território nos terem dado *feedback* relativamente à necessidade de tempo para uma mudança informada e bem planeada, com protocolos sem ambiguidades, como aqueles que tinham até então, e com formação para as suas equipas entrarem ao trabalho em tarefas que antes não executavam, por se tratar de uma lógica de dupla intervenção num mesmo território, permitindo um acompanhamento mais completo às Pessoas e Famílias.

Conscientes da complexidade das tarefas a assumir, fomos para o terreno, reunimos com as várias entidades que prestam o serviço junto das Pessoas e das Famílias, concretizamos reuniões individuais e alargadas com as nove entidades e respetivas equipas que têm Acordos e Protocolos celebrados com a Segurança Social, participamos em reuniões com outros Municípios, isoladamente ou no contexto da Comunidade Intermunicipal do Cávado, e, ainda, preparamos detalhadamente a proposta de definição do teor dos protocolos a celebrar com as entidades parceiras, assim como a minuta do **Regulamento Municipal para atribuição de apoio económico de carácter eventual a Agregados Familiares carenciados**, que teremos de submeter para aprovação pelos órgãos deliberativos.

Entretanto, os técnicos da Divisão de Coesão Social e Solidariedade da Câmara Municipal de Braga, apenas, entre 13 e 17 de Fevereiro de 2023, receberam formação ministrada pela Segurança Social, para trabalharem na(s) plataforma(s) daquela entidade, que irá atribuir acessos pessoais e intransmissíveis a cada um dos designados para as novas tarefas. Convém, contudo, relevar que aquela formação, para um trabalho tão complexo e exigente, foi insuficiente, sobretudo, por ser demasiado densa; por não ter sido fornecido um guião da mesma, nem um suporte da formação e das respetivas plataformas, impedindo consulta e aprendizagem contínua; e por ter sido uma formação não adaptada a técnicos sem experiência nesta área de intervenção, que viram a plataforma pela primeira vez durante apenas 5 dias úteis. Isto porque importa relembrar que esta foi, durante anos, uma tarefa da Segurança Social e das entidades suas parceiras, sem acesso aos técnicos municipais, salvo raríssimas situações a nível nacional.

Destacando parte da complexidade deste grande processo, clarifica-se, então, elencando algumas das áreas mais sensíveis com as quais teremos de lidar muito em breve:

- Tratamento de informação de Agregados Familiares no cumprimento de todos os normativos;
- Processos confidenciais, sua gestão e diligências a efetuar;
- Gestão do Núcleo Local de Inserção – NLI (*coordenação, regimento, local de funcionamento*);
- Parametrizações de caixas de correio, acessos individualizados e entrega de termos de responsabilidade da equipa que venha a ser designada;
- Definição e implementação de um modelo de dupla coordenação do território, atendendo à dimensão do mesmo e dos inúmeros processos que receberemos, além do número de entidades parceiras e composição das respetivas equipas técnicas;
- Seguimento de processos de Maior Acompanhado encaminhados pelo Tribunal;
- Funcionamento da Linha Nacional de Emergência Social (LNES) – modo de atuação e intervenção em articulação com a Segurança Social e equipas técnicas das entidades parceiras;
- Local dedicado para arquivo físico dos processos;
- Sala de reuniões (*Coordenação, NLI, 9 equipas das várias entidades e outros parceiros*);
- Gabinetes com privacidade suficiente para tratamento dos milhares de casos que receberemos;
- Equipamento informático e de telecomunicações competente.

Importa, por isso, garantir que as pessoas em situação de maior vulnerabilidade social ou de carência pontual, tenham acesso a um sistema de apoio célere e eficaz, com medidas de emergência que permitam evitar a rutura social das próprias e das suas Famílias, mobilizando, para o efeito, recursos e sinergias locais, com vista a que se constitua como um instrumento fundamental no quadro do combate à pobreza e a todas as formas de exclusão.

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitárias e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O ***Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga*** surge, pois, como uma nova lógica de dupla intervenção no terreno, interativa e multidisciplinar, que implicará a mobilização dos recursos existentes no nosso território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia das pessoas, com vista à inserção social, baseando-se numa relação de maior proximidade entre os serviços e as Pessoas/Famílias.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos, mediante políticas públicas inovadoras, apostando na criteriosa aplicação dos recursos disponíveis e na qualidade da prestação de serviços e na prossecução, procuraremos uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma desejável Ação Social integrada.

Pelo exposto, com vista a operacionalizar o início de funções que ocorrerá a partir do dia 03 de Abril de 2023, torna-se necessário remeter aos órgãos deliberativos toda esta informação e anexos (*quadros financeiros, propostas de Protocolos de Cooperação e de Regulamento Municipal para atribuição de Apoios Económicos*), propondo-se análise pelo Departamento Jurídico e posterior articulação com a Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) e com as várias entidades parceiras.

Braga, 06 de Março de 2023.

PROTOCOLO SOBRE TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Estabelece os termos e as condições de acesso ao sistema de informação no âmbito da
transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento
social (SAAS) e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI

Entre:

Instituto da Segurança Social, I.P., pessoa coletiva n.º 505 305 500, com sede na Avenida 5 de Outubro, n.º 175, 1069-451 Lisboa, representada por João Manuel Nogueira Leite Ferreira, na qualidade de Diretor do Centro Distrital de Braga que outorga em representação do Conselho Diretivo deste instituto com poderes bastantes para o ato, adiante designado por ISS, I.P.;

Instituto de Informática, I.P., pessoa coletiva n.º 504 322 915, com sede na Avenida Professor Doutor Cavaco Silva, n.º 17 – Edifício Ciências 1, Tagus Park, 2740-120 Oeiras, representado pela Mestre Paula Margarida Barrocas Salgado, que outorga na qualidade de Presidente do Conselho Diretivo, adiante designado por II, I.P.;

Município de Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para o ato, adiante designado por Município de Braga;

Considerando que:

- a) O ISS, I.P., tem por missão a gestão dos regimes de segurança social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de segurança social e demais subsistemas da segurança social, incluindo o exercício da ação social, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março;
- b) O II, I.P. intervém neste protocolo por ser a pessoa coletiva pública que assegura a construção, gestão e operação de sistemas aplicacionais e de infraestruturas tecnológicas nas áreas de tecnologias de informação e comunicação dos serviços e organismos dependentes do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/2012, de 23 de agosto;
- c) A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais; e
- d) Dispõe o n.º 1 do artigo 4.º da Lei-Quadro que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.

- e) O Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, concretiza a transferência de competências no domínio específico da Ação Social, passando os órgãos municipais e as entidades intermunicipais nomeadamente: assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social; elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, nos termos das alíneas a), e) e f) do artigo 3.º, e dos artigos 12.º e 32.º da Lei-Quadro.
- f) No âmbito do exercício dessas novas competências, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º da Lei-Quadro, é determinada a garantia de acesso das autarquias aos sistemas de informação utilizados pela administração direta e indireta do Estado, para gestão de processos e restante informação integrada nas competências transferidas.
- g) Com efeito, de acordo com os artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, preconiza-se que o desenvolvimento do serviço de atendimento e de acompanhamento social e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção são efetuados com recurso a sistema de informação específico.
- h) Os termos em que essa utilização é efetuada encontram-se regulados pela Portaria n.º 63/2021, que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nomeadamente os termos de operacionalização da transferência de competências, em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social bem como da emergência social, para os Municípios, e
- i) Pela Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, que estabelece os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para os Municípios, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;
- j) Todavia o artigo 14.º da Portaria n.º 188/2014 de 18 de Setembro, alterado pelo artigo 2.º da Portaria n.º 63/2021 e o n.º 1 do artigo 27.º-A da Portaria 257/2012, de 27 de agosto, alterado pelo artigo 3.º da Portaria n.º 65/2021 refere que o acesso ao sistema de informação específico se encontra restringido aos dados relevantes para a prossecução das competências do atendimento e acompanhamento social e ao acompanhamento a beneficiários de RSI no âmbito do contrato de inserção.
- k) Atendendo ao estabelecido em matéria de garantia de acesso a sistema de informação específico, será disponibilizado aos municípios o atual sistema de informação do atendimento e acompanhamento social, incluindo a componente de inserção do RSI.
- l) O tratamento de dados pessoais objeto do presente Protocolo tem como fundamento de licitude o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e na alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento Geral

de Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, publicado no JOUE de 4 de maio de 2016.

- m) O ISS, I.P. procedeu à Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD), de forma a verificar se todos os processos e procedimentos inerentes ao funcionamento e operacionalização do sistema estavam adequados ao RGPD, tendo a mesma classificado o conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais objeto do presente acordo de nível de risco aceitável, desde que cumprida a condição de aplicação das medidas de mitigação ali indicadas;
- n) Foi solicitada a emissão de parecer pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), nos termos do n.º 4 do artigo 36.º do RGPD.

É livremente e de boa fé celebrado o presente Protocolo, do qual os Considerandos supra fazem parte integrante, que se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Âmbito e objeto)

O presente Protocolo tem por objeto estabelecer os termos e as condições de acesso ao sistema de informação específico, denominado (WebSISS), no âmbito da transferência de competências, nas seguintes matérias:

- a) Serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social para os Municípios, estabelecidas na Portaria n.º 63/2021 de 17 de março que regula o disposto nas alíneas a) e e) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;
- b) Acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para os Municípios, estabelecidos na Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, que define os termos de operacionalização da transição de competências em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI para as câmaras municipais, tendo em consideração o disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e no artigo 11.º do [Decreto-Lei n.º 55/2020](#), de 12 de agosto.

Cláusula Segunda (Dados a transmitir)

Serão objeto de tratamento os dados pessoais recolhidos para as finalidades acima enunciadas, os constantes no Anexo I.

Cláusula Terceira (Finalidade do tratamento de dados pessoais)

1. O tratamento de dados pessoais, objeto do presente protocolo, visa apoiar as intervenções técnicas, do Serviço de Atendimento Acompanhamento Social que tem por objetivos:

- a) Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação;

- b) Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- c) Prevenir situações de pobreza e exclusão sociais;
- d) Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- e) Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- f) Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Cláusula Quarta **(Condições de acesso à informação)**

1. O acesso à informação é efetuado em tempo real, através de comunicação eletrónica de dados entre sistemas dos outorgantes, com a utilização de serviços especificamente implementados de modo a proteger o fornecimento dos dados.
2. A comunicação dos dados, no âmbito do presente protocolo, é efetuada através de comunicação segura (HTTPS), com o uso de Transport Layer Security (TLS) 1.2, sendo os dados em trânsito encriptados e seguros.
3. O sistema de informação (WebSISS) garante as condições de confidencialidade, integridade e segurança dos dados pessoais, mediante cumprimento dos seus requisitos de utilização, nos termos da cláusula décima primeira do presente protocolo.
4. O acesso aos dados requer uma prévia autenticação e só é permitida a pessoas devidamente credenciadas, que tenham assumido um compromisso de confidencialidade, mediante a atribuição de um utilizador aplicacional e de uma palavra-chave, em função do seu perfil de acesso e a cada módulo aplicacional do sistema de informação específico (WebSISS), subordinada à política de gestão de acessos e gestão de password aprovada pelo II I.P.
5. O tratamento de dados pessoais, por cada Equipa, circunscreve-se à área geográfica de atuação da mesma, e efetua-se no âmbito do serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social.
6. Nas situações em que o município contratualize com outra entidade para o desenvolvimento do SAAS o acesso à informação só é permitido a pessoas devidamente credenciadas, através da atribuição de um utilizador aplicacional e de uma palavra-chave, em função do seu perfil de acesso e a cada módulo aplicacional do sistema de informação “Ação Social Interface Parceiros – ASIP”, cumprido o disposto na cláusula décima.

Cláusula Quinta **(Prazos de conservação dos dados pessoais)**

1. Os dados pessoais armazenados no sistema serão conservados durante o período necessário para a prossecução das finalidades do tratamento.
2. O prazo máximo de conservação são 10 anos, sem prejuízo da sua conservação em registos históricos para fins de investigação científica ou estatística, nos termos da Portaria nº 182/2020, de 4 de agosto.

Cláusula Sexta **(Responsáveis e subcontratante pelo tratamento de dados pessoais)**

No âmbito do presente Protocolo, são considerados responsáveis conjuntos pelo tratamento de dados pessoais o ISS, I.P., e o Município de Braga e subcontratante o II, I.P..

Cláusula Sétima **(Obrigações do ISS I.P. e do Município de Braga)**

1. O ISS, I.P. e o Município de Braga são responsáveis conjuntos pelo tratamento de dados pessoais efetuados no sistema de informação. São, ainda, individualmente responsáveis por assegurar a integridade e confidencialidade de todos os dados pessoais a que acedem e que são recolhidos, no decurso das suas funções nos termos a serem definidos por instrumentos normativos.
2. Os responsáveis conjuntos comprometem-se ainda a comunicar, entre si, qualquer violação de dados pessoais que, potencialmente, comprometa a segurança dos mesmos, tais como a transferência, o acesso, a perda, a alteração ou a revelação a terceiros, accidental, não autorizada ou ilícita, nos termos e para os efeitos decorrentes do RGPD ou do presente Protocolo, ou qualquer incidente que direta ou indiretamente afete, ou seja suscetível de afetar, a confidencialidade, a integridade ou a autenticidade dos dados pessoais, o mais cedo possível em face das circunstâncias e sem demora injustificada.
3. No âmbito da utilização do sistema de informação específico (WebSISS) é obrigação do Município de Braga comunicar ao ISS, I. P., a identificação de novos utilizadores e a cessação dos utilizadores que, por qualquer motivo, deixem de ter legitimidade para permissão de acesso ao sistema.
4. A comunicação a que se refere o número anterior é efetuada pelo Município de Braga com a antecedência mínima de 5 dias úteis, ou, se tal não for possível, no máximo no dia útil seguinte.

Cláusula Oitava **(Obrigações do II I.P.)**

1. Constituem obrigações do II. I.P.:
Fornecer toda a informação que lhes for solicitada, quer pelo Responsável pelo tratamento, quer pela Autoridade de Controlo, relativamente aos tratamentos dos dados, cujas finalidades se encontram definidas na Cláusula Terceira.
 - a) Implementar e assegurar as medidas técnicas e organizativas necessárias para o efeito, nomeadamente as previstas na Cláusula Décima Primeira.
2. Considera-se delegada no subcontratante a escolha dos subcontratantes ulteriores, sem prejuízo da disponibilização de uma lista atualizada com a identificação destes, acompanhada das condições contratuais aplicáveis, e da possibilidade de se opor.
3. Assegurar o acesso ao sistema de informação específico de suporte à atividade dos municípios.
4. O II, I.P. assegura acesso à formação, na modalidade à distância - formato *e-learning*, através do Portal da Formação - <https://portalformacaoii.seg-social.pt/SGForm/>.

Cláusula Nona **(Gestão do Sistema de Informação)**

1. O ISS, I.P. garante o acesso ao Sistema de informação, nos seguintes termos:
 - a) O acesso é efetuado de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções, envolvendo apenas utilizadores devidamente credenciados para o efeito, e encontrando-se restringido aos

- dados relevantes para prossecução das competências do serviço de atendimento e de acompanhamento social;
- b) O acesso é garantido mediante identificação dos utilizadores autorizados pelo Município de Braga, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição de acessos.
2. Os utilizadores com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, bem como a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS).
 3. Quaisquer alterações relativas a cessação de funções ou identificação de novos utilizadores devem ser comunicadas ao ISS, I.P. de acordo com os procedimentos definidos para o efeito.
 4. Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP.
 5. Cada consulta/alteração é auditável a todo o tempo, no sistema de informação, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data/hora, e o II, I.P. deve conservar esses registos pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos da política de gestão de acessos.

Cláusula Décima (Termos de Responsabilidade)

1. O termo de responsabilidade deve ser disponibilizado aos utilizadores, nos termos da minuta que se encontra no Anexo II, ao presente Protocolo, devendo os profissionais, no momento de atribuição de acesso, proceder à sua aceitação.
2. Nas situações em que o Município de Braga contratualize com outra entidade para o desenvolvimento do SAAS, o termo de responsabilidade deve ser disponibilizado aos utilizadores, nos termos da minuta que se encontra no Anexo III, ao presente Protocolo, devendo os profissionais, no momento de atribuição de acesso, proceder à sua aceitação.

Cláusula Décima Primeira (Meios e medidas de segurança para o tratamento)

1. Para garantia de cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD, os outorgantes comprometem-se a adotar padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela.
2. No âmbito do presente Protocolo e para cumprimento do objeto do mesmo, os outorgantes obrigam-se a adotar as medidas técnicas e organizacionais pertinentes para garantir um nível de segurança dos dados pessoais que seja adequado ao risco, associado à perda de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, que pode resultar na sua destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou ilegal.
3. Os outorgantes devem, ainda, tomar as medidas de segurança necessárias à prevenção de qualquer ato que vise alterar o conteúdo da base de dados ou interferir de qualquer forma no seu bom funcionamento.
4. O previsto concretiza-se através da implementação das medidas definidas pelo standard internacional ISO/IEC 27001:2013, bem como das normas comunitárias, da legislação e das recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação.

5. São ainda adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos de dados pessoais em causa:
 - a. Os perfis são atribuídos a cada utilizador, tendo em consideração as funções a desempenhar no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social;
 - b. O acesso à informação por parte dos utilizadores carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema de informação específico, e dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar.
6. O acesso ao sistema de informação específico salvaguarda a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais ou de matérias sujeitas a sigilo, encontrando-se os utilizadores vinculados ao dever de sigilo e confidencialidade da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes às atividades desenvolvidas ao abrigo da presente portaria, mesmo após o termo das suas funções.
7. O acesso à informação e o perfil atribuído a cada utilizador é efetivado mediante a assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo Instituto da Segurança Social, I.P.
8. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificado o utilizador, operação realizada e data e hora da alteração.
9. Sem prejuízo do disposto nos anteriores, ao tratamento de dados pessoais aplica-se o RGPD, bem como os requisitos técnicos mínimos das redes e sistemas de informação, que são exigidos ou recomendados a todos os serviços e entidades da Administração direta e indireta do Estado, constante no Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março.

Cláusula Décima Segunda

(Forma de exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados)

1. O exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados poderá ser feito, junto do Encarregado de Proteção de Dados, dos responsáveis pelo tratamento, para as matérias de proteção de dados:
 - a) Resposta ao exercício de direitos, tratamento de incidentes de violação ou pedidos de esclarecimentos, na sua área de competência;
 - b) Sensibilizar para a necessidade de ajustamento às exigências trazidas pelo RGPD na sua área de intervenção;
 - c) Sejam o ponto de ligação entre as diversas Entidades, tanto na execução das atividades associadas, bem como no esclarecimento de dúvidas relacionadas com o RGPD.
2. O titular dos dados pode, a qualquer momento, conhecer, corrigir e, salvo quando a sua conservação seja exigida por requisitos da legislação nacional/europeia, eliminar os dados a si respeitantes, neste tratamento.
3. Sem prejuízo do recurso à via graciosa ou jurisdicional, assiste aos titulares dos dados, ainda, o direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) ou a outra autoridade de controlo competente, nos termos da lei, caso entendam que o tratamento dos seus dados pessoais pelas Partes não respeita a legislação aplicável.

Cláusula Décima Terceira **(Confidencialidade)**

1. Em matéria de confidencialidade os outorgantes devem observar o disposto no artigo 75.º da Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de dezembro, nos termos do n.º 1, do artigo 2.º da Lei n.º 55 de 2020, de 12 de agosto, na sua redação atual, relativamente aos dados de natureza estritamente privada de que disponham, relativos à situação pessoal, económica ou financeira de quaisquer pessoas ou entidades.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente Protocolo, salvo acordo formalizado por todos os outorgantes, bem como autorização expressa formalizada pelos respetivos titulares dos dados pessoais.

3. Exclui-se do dever de confidencialidade a informação e documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção ou sobre as quais haja uma obrigação legal de revelação, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo/confidencialidade mantém-se mesmo após a data da cessação do presente Protocolo.

Cláusula Décima Quarta (Interpretação e integração de lacunas)

A interpretação e integração de eventuais lacunas do presente Protocolo serão supridas mediante acordo escrito pelos outorgantes.

Cláusula Décima Quinta (Vigência)

1. O presente Protocolo produz efeitos no primeiro dia útil da concretização da transferência de competências, por força do disposto no n.º 5 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro.
2. O presente Protocolo vigorará enquanto se mantiverem as condições legais e de facto que justificam a sua celebração ou até que seja denunciado.
3. A denúncia do presente Protocolo pode ser efetuada por qualquer dos outorgantes, por escrito, com a antecedência mínima de 3 meses.

Braga, 27 de Março de 2023.

**Pelo Instituto da Segurança Social, I.P.
O Diretor do Centro Distrital de Braga**

(João Manuel Nogueira Leite Ferreira)

A Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I.P.

(Paula Margarida Barrocas Salgado)

Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Anexo I

Dados pessoais

Subsistema	Dados pessoais	Habilitação legal
PS - Pessoa Singular	Nome Completo do Titular, NISS, NIF, Nome, Data Nascimento, Data Óbito, Sexo, Estado Civil, Nacionalidade, Naturalidade, N.º de Identificação Civil (português, estrangeiro), Filiação, Morada (portuguesa, estrangeira), Contato (email, telefone e telemóvel)	Decreto-Lei n.º 55/2020 Portaria n.º 63/2021 Portaria n.º 65/2021
AF - Agregados Familiares	Nome Completo do Titular e dos elementos do AF, NISS, Grau de parentesco, Telefone, Morada de ausência, atividade profissional do titular e dos elementos do AF	Decreto-Lei n.º 55/2020 Portaria n.º 63/2021 Portaria n.º 65/2021,
RSI - Rendimento Social de Inserção	Nome Completo do Titular, NISS, Estado civil, Agregado familiar; Rendimentos, NIB, NISS, Nome e NIB Terceiro, Despesas, Habitação	Portaria n.º 65/2021,
SIPSC - Gestão de Beneficiários (inclui ASIP - interface para entidades externas)	NISS, PSNI, Nome, Morada, Problemas económicos, problemas de saúde, problemas ao nível da educação, emprego e habitação, situação de saúde, situação perante o trabalho, frequência escolar e formação profissional, situação económica (Rendimentos, Despesas, Dívidas), situação habilitacional, frequência de equipamentos, apoios económicos recebidos no âmbito da ação social, ações de inserção definidas no âmbito dos Contrato de Inserção e Acordos de Intervenção Social de todos os elementos do agregado familiar	Decreto-Lei n.º 55/2020 Portaria n.º 63/2021 Portaria n.º 65/2021,

GREN- Gestão de Rendimentos	NISS, nome completo, natureza e subnatureza dos rendimentos registados no Sistema de Segurança Social	Decreto-Lei n.º 55/2020 Portaria n.º 63/2021 Portaria n.º 65/2021
-----------------------------	---	---

Anexo II – Minuta de Termo de Responsabilidade

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE BRAGA

Termo de Responsabilidade

NOME _____, portador/a do Cartão de Cidadão/ Bilhete de Identidade n.º XXXXXXXX, com a data de validade de 'dd/mm/aaaa', declara, sob compromisso de honra, para os devidos e legais efeitos, na qualidade de Técnico/a Superior do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, dependente funcionalmente da Câmara Municipal de Braga, a qual, no âmbito das competências a transferir para os Municípios, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento das competências previstas nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto:

a) Toma conhecimento que, no âmbito das funções a desempenhar na qualidade suprarreferida, deterá acesso ao sistema de informação específico denominado (WebSISS), nas vertentes infra-indicadas, de acordo com os perfis definidos para as citadas funções:

1. Identificação e Qualificação (IDQ)

1.1. Consulta;

2. Rendimento Social de Inserção (RSI)

2.1. Consulta;

3. Agregados Familiares (AF)

3.1. Consulta;

3.2. Registo de AF Genéricos, na ausência de qualquer AF;

3.3. Registo de AF Específicos de Ação Social (AF-AS);

3.4. Alteração/ Correção de AF-AS;

- 3.5. Alterar/ Corrigir AF Genéricos;
- 3.6. Anular elementos;
- 3.7. Registar novos elementos em AF Genéricos já criados;
- 3.8. Reintegrar elementos;
- 3.9. Registar ausências definitivas;
- 3.10. Registar ausências temporárias;
- 3.11. Cessar AF.
- 4. **AS > Atendimento/ Acompanhamento Social:**
 - 4.1.Consultar;
 - 4.2.Registar/ Alterar.
- 5. **GREND > Gestão de Rendimento**
 - 5.1.Consultar;

b) Toma conhecimento que o citado acesso envolve, apenas, pessoas devidamente credenciadas para o efeito e que o mesmo se encontra restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no n.º 1 do artigo 10.º e no n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;

c) Toma conhecimento que após autorizado/a a aceder ao (WebSISS), o acesso será efetuado através de um código de “utilizador” e de uma palavra-passe, pessoais e intransmissíveis, nos termos da política em vigor para a atribuição de acessos definidos pelo ISS, I.P;

d) Toma conhecimento que os perfis para consulta, alteração/correção e anulação de dados são atribuídos a cada “utilizador” em função do seu perfil de acesso a cada módulo aplicacional do Sistema de Informação (adiante designado de Sistema) e, dentro de cada um destes, cada “utilizador” poderá ter permissões diferenciadas às várias operações e que cada alteração é auditável a todo o tempo quanto ao “utilizador” que a realizou e respetiva data/hora;

e) Toma conhecimento que o acesso à informação pelos denominados “utilizadores credenciados” apenas pode ser efetivado a cada um dos módulos aplicacionais do Sistema se autorizado e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que se encontram autorizados a realizar e que todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando “utilizador”, operação e data/hora da alteração;

f) Se compromete a guardar sigilo e confidencialidade da informação cujo conhecimento lhe advenha das atividades inerentes às funções referidas nas Portarias n.º 63/2021 e n.º 65 de 2021, mesmo após o termo das suas funções;

g) Se compromete a cumprir o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que

assegura a execução, na ordem jurídica nacional do Regulamento Geral de Proteção de Dados, bem como demais legislação aplicável;

h) Mais declara que foi informado/a e tem perfeito conhecimento que a violação do disposto nas alíneas f) e g), acima elencadas, faz incorrer o/a faltoso/a em responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

Por ser verdade,

Assinatura:

(Assinatura legível com o nome da/o declarante conforme documento de identificação civil válido)

Data: 'dd/mm/202x'

Anexo III – Minuta de Termo de Responsabilidade

EQUIPA TÉCNICA DA INSTITUIÇÃO XXXXXX

Termo de Responsabilidade

NOME _____, portador/a do Cartão de Cidadão/ Bilhete de Identidade n.º _____, com a data de validade de 'dd/mm/aaaa', declara, sob compromisso de honra, para os devidos e legais efeitos, na qualidade de Técnico/a Superior da Equipa (SAAS/RSI) da _____, sua instituição empregadora com contrato/protocolo celebrado com o Município de Braga para o desenvolvimento das competências previstas nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto:

a) Toma conhecimento que, no âmbito das funções a desempenhar na qualidade suprarreferida, deterá acesso à aplicação informática denominada “Ação Social Interface Parceiros - ASIP”, nas vertentes infra-indicadas, de acordo com os perfis definidos para as citadas funções:

1. Identificação e Qualificação (IDQ)

1.1. Consulta;

2. Rendimento Social de Inserção (RSI)

2.1. Consulta;

3. Agregados Familiares (AF)

3.1. Consulta;

- 3.2. Registo de AF Genéricos, na ausência de qualquer AF;
- 3.3. Registo de AF Específicos de Ação Social (AF-AS);
- 3.4. Alteração/Correção de AF-AS;
- 3.5 As seguintes operações ficam adstritas aos utilizadores do Serviço de Atendimento/Acompanhamento Social do Município do âmbito de intervenção do acordo/protocolo da entidade identificada, pelo que será necessário efetuar a respetiva articulação para:
 - 3.5.1 Alterar/ Corrigir AF Genéricos;
 - 3.5.2 Anular elementos;
 - 3.5.3 Registar novos elementos em AF Genéricos já criados;
 - 3.5.4 Reintegrar elementos;
 - 3.5.5 Registar ausências definitivas;
 - 3.5.6 Registar ausências temporárias;
 - 3.5.7 Cessar AF.

4. AS > Atendimento/ Acompanhamento Social:

- 4.1.Consultar;
- 4.2.Registar/Alterar.

5. AS > Atendimento/ Acompanhamento Social:

- b) Toma conhecimento que o citado acesso envolve, apenas, pessoas devidamente credenciadas para o efeito e que o mesmo se encontra restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no n.º 1 do artigo.º 10 e no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;
- c) Toma conhecimento que após autorizado/a a aceder à ASIP, o acesso será efetuado através de um código de “utilizador” e de uma palavra-passe, pessoais e intransmissíveis, nos termos da política em vigor para a atribuição de acessos definidos pelo ISS, I.P;
- d) Toma conhecimento que os perfis para consulta, alteração/correção e anulação de dados são atribuídos a cada “utilizador” em função do seu perfil de acesso a cada módulo aplicacional do Sistema de Informação (adiante designado de Sistema) e, dentro de cada um destes, cada “utilizador” poderá ter permissões diferenciadas às várias operações e que cada alteração é auditável a todo o tempo quanto ao “utilizador” que a realizou e respetiva data/hora;

- e) Toma conhecimento que o acesso à informação pelos denominados “utilizadores credenciados” apenas pode ser efetivado a cada um dos módulos aplicativos do Sistema se autorizado e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que se encontram autorizados a realizar e que todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando “utilizador”, operação e data/hora da alteração;
- f) Se compromete a guardar sigilo e confidencialidade da informação cujo conhecimento lhe advenha das atividades inerentes às funções referidas nas Portarias nº 63/2021 e nº 65/ de 2021, mesmo após o termo das suas funções;
- g) Se compromete a cumprir o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional do Regulamento Geral de Proteção de Dados, bem como demais legislação aplicável;
- h) Mais declara que foi informado/a e tem perfeito conhecimento que a violação do disposto nas alíneas f) e g), acima elencadas, faz incorrer o/a faltoso/a em responsabilidade civil e criminal, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

Por ser verdade,

Assinatura:

(Assinatura legível com o nome da/o declarante conforme documento de identificação civil
válido)

Data:

'dd/mm/202x'

Regulamento Interno

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento Interno tem por objeto organizar o funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, adiante designado por SAAS, no âmbito do artigo 8.º, da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual.

Artigo 2.º

Legislação aplicável

- 1- O SAAS rege-se pela Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2- O SAAS desenvolve os procedimentos inerentes à componente de inserção social dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), determinados pela Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto, na sua redação atual.

Artigo 3.º

Objetivos do Regulamento Interno

O presente Regulamento Interno de funcionamento visa:

- 1- Garantir o bom funcionamento do SAAS e assegurar o bem-estar e a segurança das famílias e demais interessados, no respeito pela sua individualidade e privacidade;
- 2- Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do SAAS;
- 3- Promover a participação ativa das pessoas e famílias ao nível da gestão do SAAS.

Artigo 4.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se aos/às profissionais da equipa técnica que exerçam funções no âmbito do SAAS, bem como os beneficiários do serviço.

Artigo 5.º

Entidade promotora do SAAS

A entidade promotora do SAAS é o Município de Braga, no âmbito das suas competências.

Artigo 6.º

Natureza do serviço

- 1- O SAAS assegura o atendimento e o acompanhamento social, de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários de RSI.
- 2- O SAAS assegura também o atendimento em situação de emergência social.

Artigo 7.º

Objetivos do SAAS

São objetivos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social:

- a) Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação, em articulação com os competentes serviços e organismos da administração pública;
- b) Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- c) Prevenir situações de pobreza e de exclusão social;
- d) Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social;
- e) Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- f) Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Artigo 8.º

Princípios orientadores

O SAAS obedece, designadamente, aos seguintes princípios:

- 1- Promoção da inserção social e comunitária;
- 2- Contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes;
- 3- Personalização, seletividade e flexibilidade de apoios sociais;
- 4- Intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos;
- 5- Valorização das parcerias para uma atuação integrada;
- 6- Intervenção mínima, imediata e oportuna.

Artigo 9.º

Atividades do SAAS

1- No SAAS são desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação de cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação e respetivo encaminhamento, caso se justifique;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;

- e) Planeamento e organização da intervenção social;
 - f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
 - g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.
- 2- Sempre que se justifique uma intervenção complementar, devem ser acionadas, em parceria, outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da segurança social, saúde, educação, justiça, migrações, emprego e formação profissional.

Artigo 10.º

Âmbito territorial de intervenção

O âmbito territorial de intervenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social é o Concelho de Braga.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E REGRAS DE FUNCIONAMENTO

Artigo 11.º

Localização da coordenação do SAAS Braga

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, coordenado pelo Município de Braga está sediado na Praça Municipal – 4700-435 Braga.

Artigo 12.º

Instalações do SAAS (Entidades protocoladas)

- 1- O SAAS nas instalações das entidades com protocolo estabelecido com o Município de Braga dispõe de espaços adequados à prossecução dos seus objetivos, reunindo as condições de segurança, funcionalidade e conforto, nomeadamente em matéria de edificado, segurança e higiene no trabalho e acessibilidades, de acordo com a legislação em vigor aplicável.
- 2- O SAAS dispõe das seguintes áreas funcionais:
 - a) Área de receção e sala de espera, onde é disponibilizada informação útil de carácter geral sobre o serviço;
 - b) Área de atendimento, concebida de forma a garantir uma efetiva privacidade e segurança, de forma a possibilitar um atendimento permanente e simultâneo por parte dos/as técnicos/as;
 - c) Área técnica, espaço dimensionado para o funcionamento da equipa técnica, dotado dos equipamentos necessários e em quantidade suficiente para a execução das atividades a desenvolver por cada um dos elementos constituintes da equipa;
 - d) Área de arquivo dos processos familiares, onde se assegura e garante a confidencialidade dos mesmos;
 - e) Instalações sanitárias para utilização dos/as funcionários/as e para os/as utilizadores/as do serviço.

Artigo 13.º

Horário de funcionamento/atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda a sexta, com encerramento durante o período de almoço.
- 2- O período de atendimento do serviço tem a duração mínima de, pelo menos, 6 horas, devendo abranger os períodos da manhã e da tarde.
- 3- O SAAS encontra-se fechado aos sábados, domingos, feriados e dias Santos.
- 4- O horário de funcionamento, assim como a identificação do Pessoal afeto ao serviço, devem estar afixados em local visível e de fácil acesso.

Artigo 14.º

Atendimento Presencial

- 1- O atendimento técnico presencial, solicitado ou convocado, realiza-se por marcação prévia pelos contactos amplamente disponibilizados na Instituição, nas Juntas de Freguesia e outras entidades, de acordo com o horário e local designados.
- 2- Em cumprimento do ponto anterior, o espaço de atendimento deve dispor de uma área de receção e sala de espera, bem como uma área de atendimento concebida de forma a garantir a privacidade e segurança.
- 3- Em situações de emergência social ou de intervenção específica, o atendimento técnico pode realizar-se sem marcação prévia, dentro do horário previsto, ou no domicílio do indivíduo ou família.

Artigo 15.º

Horário e Locais de Atendimento

O atendimento às populações da totalidade das freguesias do concelho de Braga decorrerá nos locais e horários identificados na cláusula 11.ª dos Protocolos de Cooperação celebrados com cada uma das entidades parceiras

Artigo 16.º

Constituição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por técnicos/as superiores, com formação superior na área das ciências sociais ou humanidades. A constituição das equipas técnicas integra, obrigatoriamente, pelo menos um/a técnico/a com formação superior na área de Serviço Social.
- 2- A equipa propõe um/a interlocutor/a, que tem como função estreitar a comunicação da equipa com o/a Coordenador/a do Município de Braga.
- 3- A equipa técnica afeta ao desenvolvimento do SAAS é constituída de acordo com o disposto na cláusula 12.ª dos protocolos de cooperação celebrados com cada uma das Instituições.

Artigo 17.º

Competências da Equipa Técnica

Compete à equipa técnica do SAAS:

- a) Atendimento, informação e orientação das pessoas e famílias;
- b) Avaliação e diagnóstico social, com a participação dos próprios;
- c) Instrução, organização e atualização dos processos familiares;
- d) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- e) Definição, com a participação dos próprios, do plano de inserção e respetiva contratualização;
- f) Cooperação e articulação com outras entidades e serviços da comunidade, nomeadamente nas áreas da educação, da saúde, da justiça, da segurança social e do emprego e formação profissional que se revelem estratégicos para a prossecução dos objetivos de inserção;
- g) Encaminhamento das pessoas e famílias para outra entidade ou serviço, sempre que resultar da avaliação e do diagnóstico social a necessidade de uma intervenção específica em outra área de atuação;
- h) Elaboração de propostas técnicas, devidamente fundamentadas, de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- i) Comunicação às entidades parceiras envolvidas no processo de intervenção social das alterações que se verifiquem durante o processo de acompanhamento social;
- j) Comunicação aos serviços competentes das alterações que se verifiquem durante o processo de acompanhamento social de pessoas ou famílias beneficiárias de RSI;
- k) Identificação de estratégias e metodologias de trabalho inovadoras;
- l) Interlocução e promoção das relações interinstitucionais, com responsabilidades sociais no território;
- m) Avaliação contínua do SAAS, possibilitando adaptações e modificações necessárias a uma intervenção eficaz.
- n) Reunir com periodicidade, de forma a discutir o diagnóstico social do indivíduo ou família e definir as ações de intervenção a propor ao indivíduo ou família.

Artigo 18.º

Coordenação Técnica

- 1- As equipas técnicas dos SAAS são orientadas por dois Coordenadores Técnicos do Município de Braga com formação superior.

Artigo 19.º

Atribuições dos Coordenadores Técnicos

- 1- Aos Coordenadores Técnicos compete a:
 - a) Gestão adequada ao bom funcionamento dos SAAS, através da programação, supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas pelas equipas técnicas;
 - b) Coordenação e apoio das equipas técnicas nas diferentes ações e atividades desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, de forma a garantir a qualidade técnica do serviço;
 - c) Interlocução, articulação e relações interinstitucionais das equipas com as várias entidades multisectoriais representadas nas estruturas locais;
 - d) Avaliação contínua da ação das equipas, promovendo a identificação de estratégias e metodologias de trabalho eficazes e inovadoras;
 - e) Validação das propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual, quanto à sua natureza e finalidade, de acordo com as condições e regras de atribuição definidas superiormente;
 - f) Elaboração de relatórios e recolha de dados de natureza estatística de acordo com os modelos e instrumentos em vigor.

Artigo 20.º

Indicadores territoriais de referência

- 1- O SAAS definirá e manterá atualizados os indicadores de atividade adequados.
- 2- O SAAS fará a monitorização dos indicadores de referência da intervenção realizada pelas instituições com as quais venha a contratualizar a prestação deste serviço.
- 3- Os indicadores de atividade e os relatórios produzidos são objeto de comunicação ao Núcleo Local de Inserção (NLI) e ao Conselho Local de Ação Social de Braga (CLAS).

Artigo 21.º

Livro de Reclamações

- 1- O SAAS dispõe de Livro de Reclamações, nos termos da legislação em vigor.
- 2- O aviso sobre a existência do Livro de Reclamações, encontra-se afixado em local visível.

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES

Artigo 22.º

Direitos e deveres da Equipa Técnica

- 2- São direitos dos/as profissionais da equipa técnica:

- a) Aceder a condições de trabalho adequadas ao exercício das suas funções;
 - b) Serem tratados/as com respeito e dignidade;
 - c) Frequentar ações de formação para atualização de conhecimentos e aquisição de novas competências necessárias ao desenvolvimento profissional e pessoal;
 - d) Usufruir, regularmente, de supervisão técnica.
- 3- São deveres dos/as profissionais da equipa técnica:
- a) Desenvolver as atividades necessárias à concretização do SAAS;
 - b) Recolher o consentimento informado para a intervenção a desenvolver e registo da informação;
 - c) Cumprir deveres de privacidade e de confidencialidade no uso responsável da informação sobre as pessoas e famílias;
 - d) Aceder às aplicações do sistema de informação específico da Segurança Social, no uso estritamente necessário e restringido aos dados e informação relevantes para a prossecução das finalidades legalmente previstas;
 - e) Guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha da execução das suas atribuições profissionais;
 - f) Organizar, registar e atualizar os dados do processo familiar, bem como zelar pela qualidade da informação inserida no mencionado sistema de informação específico;
 - g) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
 - h) Garantir a organização de um arquivo, em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade das informações nele contido;
 - i) Promover a intervenção personalizada, mínima, imediata e oportuna, ajustada às necessidades e às capacidades das pessoas e famílias, promovendo a corresponsabilização de todos os intervenientes incluindo entidades parceiras e ou de proximidade;
 - j) Zelar pela progressiva melhoria e sustentabilidade dos serviços prestados pelo SAAS tendo em conta os fins a que ele se destina;
 - k) Disponibilizar ao indivíduo ou ao agregado familiar, cópia do instrumento de contratualização para a inserção celebrado, devidamente datado e subscrito pelas partes outorgantes do mesmo;

- l) Disponibilizar, sempre que for solicitado, o Regulamento Interno e o Livro de Reclamações do serviço.

Artigo 23.º

Direitos e deveres das pessoas utilizadoras de SAAS

- 1- São direitos da pessoa, enquanto sujeito de direitos e consequentemente de cada um e de todos os elementos de uma família, atendida e ou acompanhada, no âmbito do SAAS:
 - a) Ser respeitada pela sua identidade pessoal e reserva da sua vida privada e familiar;
 - b) Ver garantida a confidencialidade da informação prestada no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social;
 - c) Contratualizar o seu percurso de inserção social e ser apoiada na articulação e no acesso aos recursos mobilizados para a sua progressiva autonomia pessoal, social e profissional;
 - d) Participar no seu processo de inserção social, designadamente na negociação, celebração, avaliação do plano de inserção devidamente contratualizado;
 - e) Ser informada sobre os direitos e deveres que lhe advém da contratualização para a inserção, bem como das diligências realizadas no âmbito do atendimento e acompanhamento social;
 - f) Ter acesso a uma cópia do instrumento de contratualização para a inserção celebrado, devidamente datado e subscrito pelas partes outorgantes do mesmo;
 - g) Ter a prerrogativa de solicitar junto dos serviços a cessação do compromisso/acordo materializado na contratualização para a inserção e da intervenção da equipa do SAAS, tomando esta decisão de forma livre e informada;
 - h) Ter acesso ao Regulamento Interno do SAAS e ao Livro de Reclamações, nos termos da legislação em vigor.
- 2- São deveres da pessoa, enquanto sujeito de direitos e consequentemente de cada um e de todos os elementos de uma família, atendida e ou acompanhada, no âmbito do SAAS:
 - a) Tratar com respeito e dignidade qualquer profissional do SAAS e os restantes utilizadores do serviço;
 - b) Contratualizar o seu percurso de inserção social e ser apoiada na articulação e no acesso aos recursos mobilizados para a sua progressiva autonomia pessoal, social e profissional;
 - c) Comunicar as alterações que se verifiquem durante o processo de acompanhamento social e que sejam relevantes para a alteração ou manutenção das ações inscritas no instrumento de contratualização em vigor;
 - d) Cumprir as regras de funcionamento do serviço previstas no Regulamento Interno.

CAPÍTULO IV

PROCESSO FAMILIAR

Artigo 24.º

Organização do processo familiar

- 1- É obrigatória a organização e atualização de um processo familiar, do qual deve constar:
 - a) Caracterização individual e familiar;
 - b) Diagnóstico social e familiar;
 - c) Contratualização para a inserção;
 - d) Relatórios sobre o processo de evolução da situação familiar;
 - e) Data do início e do termo da intervenção;
 - f) Avaliação da intervenção;
 - g) Registo das diligências efetuadas.
- 2- O processo familiar organizado, em formato informático, não dispensa a coexistência de um processo em suporte físico, com o mesmo número mecanográfico atribuído automaticamente pelo sistema informático, para efeitos de arquivo de documentação probatória que se considere relevante para o processo.
- 3- Cada processo familiar é de acesso restrito e natureza confidencial e deverá ser arquivado em condições de segurança, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO V

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Artigo 25.º

Sistema de informação específico

- 1- O acesso ao sistema de informação específico referido no n.º 5 do artigo 10.º e no n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, é efetuado de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções, envolvendo apenas utilizadores devidamente credenciados para o efeito, e encontrando-se restringido aos dados relevantes para prossecução das competências a que se refere a alínea a) e a alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e os artigos 10.º e 11.º do mesmo decreto-lei.
- 2- O acesso é garantido pelo Instituto de Informática, I. P., mediante identificação dos utilizadores autorizados pela câmara municipal, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição de acessos.
- 3- Os utilizadores com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, bem como a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS).
- 4- De acordo com o previsto nos artigos 14.º e 15.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, são ainda adotadas e periodicamente

atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos de dados pessoais em causa:

- a) Os perfis são atribuídos a cada utilizador, em função do seu perfil de acesso a cada módulo aplicacional do sistema de informação específico;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicacionais do sistema de informação específico, e dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar.
- 5- O acesso ao sistema de informação específico salvaguarda a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais ou de matérias sujeitas a sigilo, encontrando-se os utilizadores vinculados ao dever de sigilo e confidencialidade da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes às suas funções, mesmo após o termo das mesmas.
- 6- O acesso à informação e o perfil atribuído a cada utilizador é efetivado mediante a assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo Instituto da Segurança Social, I. P.
- 7- São adotadas e periodicamente atualizadas medidas de segurança ao tratamento dos dados pessoais em causa, pelo que, todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificado o utilizador, operação realizada e data e hora da alteração.
- 8- Sem prejuízo do disposto nos anteriores, ao tratamento de dados pessoais aplica-se o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, doravante designado por RGPD, bem como os requisitos técnicos mínimos das redes e sistemas de informação, que são exigidos ou recomendados a todos os serviços e entidades da Administração direta e indireta do Estado, constante no Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março de 2018.

Artigo 26.º

Obrigatoriedade de sigilo

- 1- Os técnicos afetos ao SAAS estão sujeitos a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha das atividades exercidas no seu âmbito, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso em responsabilidade penal, sem prejuízo de outras sanções legais aplicáveis.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 27.º

Alterações ao Regulamento

O Município de Braga fará as alterações que vierem a demonstrar-se necessárias no presente Regulamento Interno para a melhoria da organização e funcionamento do SAAS, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 28.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento Interno entra em vigor no dia da sua aprovação.

Braga, 22 de Março de 2023.



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;

6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e



Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha, adiante designada por Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 503 713 007, com sede na Rua de Beirão, nº 3, 4705-472, Cunha - Braga, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Albano Martins de Sousa.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico



O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, nas freguesias de Arentim, Cunha, Ruílhe, Tadim, Vilaça, Fradelos, Priscos, Tebosa, Celeirós, Aveleda, Vimieiro, Cabreiros, Passos São Julião, Sequeira, Ferreiros e Gondizalves.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;

- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de cento e dezoito mil, oitocentos e setenta e três Euros e trinta e um centimos (118.873,31€), a que corresponde o valor mensal de nove mil, novecentos e seis Euros e onze centimos (9.906,11€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817- A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Centro Social de Cunha	Técnico	CSIF do Oeste e CSIF Caminhos do Sul e CSIF Varandas do Oeste	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	108 066,65 €	10 806,66 €	118 873,31 €
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha tem a sua sede na Rua da Torre nº 10, 4705-050 Aveleda, não obstante a realização do atendimento descentralizado nas Freguesias da sua área de intervenção, conforme a cláusula 3.ª.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h00m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
APAF Cunha	Sede SAAS	2.ª e 4.ª Tarde	14h00m às 17h00m	966041411
	Sede SAAS	5.ª e 6.ª	09h30 às 12h30 e 14h00m às 17h00m	966041411
	JF Tadin	Segunda-feira	09h30m às 12h30m	966041411
	JF Sequeira	Quarta-feira	09h30m às 12h30m	966041411
	JF Ferreiros	Terça-Feira	09h30 às 12h30 e 14h00m às 17h00m	966041411

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Licenciatura em Psicologia	Psicóloga/Coordenadora	100%
1	Licenciatura em Educação	Técnico Superior de Educação	100%
2	Licenciatura em Serviço Social	Assistente Social	100%
1	Licenciatura em Educação	Escriturária	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;

- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.^a

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada

um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.^a
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.^a
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

- d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
- e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação

das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.

- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª



Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha

(Albano Martins de Sousa)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

- contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
 7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
 8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
 9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
 10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
 11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
 12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
 13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró, adiante designada por ASCREDNO ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 503793337, com sede na Rua da



Residência, 50, 4715-100, Nogueiró-Braga, neste ato representado/a pelo Presidente Manuel Afonso Tinoco Ribeiro da Silva.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A ASCREDNO desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico



O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, nas freguesias de Pedralva, Sobreposta, Espinho, Este (São Pedro), Este (São Mamede), Gualtar, Nogueiró, Tenões, Nogueira, Fraião e Lamações.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;

- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de setenta e seis mil, oitocentos e setenta Euros e cinquenta e seis cêntimos (76.870,56€), a que corresponde o valor mensal de seis mil, quatrocentos e cinco Euros e oitenta e oito cêntimos (6.405,88€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817- A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
ASCREDNO	Técnico	CSIF do Monte Sameiro e	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	69 882,33 €	6 980,23 €	76 870,56 €
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico	CSIF Alto Este	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção



O SAAS da responsabilidade da ASCREDNO tem a sua sede na Rua da Residência, 50, 4715-100, Nogueiró-Braga, não obstante a realização do atendimento descentralizado nas Freguesias da sua área de intervenção, conforme a cláusula 3.ª.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h00m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos, Carnaval, 2.ª feira seguinte ao Domingo de Páscoa, 24 e 31 de Dezembro.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

Dia	Horário		Local/Morada
	09:00 – 13:00	14:00 – 17:00	
2.ª feira	Nogueiró – Sede	Nogueiró	JF de Nogueiró: Av. da Liberdade 11, 4715-387 Nogueiró – Braga
		Nogueiró - Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga
3.ª feira	Nogueiró – Sede	Lamações	JF de Lamações: Av. Dr. António Palha 95, 4715-091 Lamações – Braga
		Nogueiró – Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga
4.ª feira	Nogueiró – Sede	Nogueiró – Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga
5.ª feira	Nogueiró – Sede	Nogueiró – Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga
6.ª feira	Nogueiró – Sede	Nogueiró – Sede	Nogueiró - Sede: Rua da Residência, 50, 4715-100 Nogueiró – Braga

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Técnica de Serviço Social /Interlocutor	100%
1	Psicologia	Psicólogo	100%
1	Educação	Técnica Superior de Educação	100%
1		Escriturário	60



CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;

- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;

- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com

a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;

- b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.ª
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

- 1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
- 2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
- 3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;

- c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
- d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
- e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.

- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.



Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Associação Social, Cultural, Recreativa e Desportiva de Nogueiró

(Manuel Afonso Tinoco Ribeiro da Silva)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;

6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e



Associação Juvenil “A Bogalha”, adiante designada por Bogalha ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 501947701, com sede na Rua Álvaro Dória nº 33, 4710-350 Braga, neste ato representado/a pelo Presidente da Direção, Adolfo Eduardo de Castro Fernandes.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A Bogalha desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico



O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, na freguesia de São Victor.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios



mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;

- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de cento e oitenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove Euros e cinquenta e nove cêntimos (186.499,59€), a que corresponde o valor mensal de quinze mil, quinhentos e quarenta um Euros e sessenta e três cêntimos (15.541,63€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817- A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
A Bogalha	Técnico	CSF São Vitor	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	169 545,08 €	16 954,51 €	186 499,59 €
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
	AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			



CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Bogalha tem a sua sede na Rua Álvaro Dória, nº 33 – 4710-350 Braga e intervém na Freguesia de São Victor.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da freguesia referida na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Bogalha	Sede do SAAS	2.ª a 6.ª feira	09:00 às 12:30 e 14:00 às 17:00	253 251 069

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Assistente Social /Interlocutor	100%
2	Serviço Social	Assistente Social	100%
2	Psicologia	Psicóloga	100%
1	Ciências da Educação	Téc. Superior Educação	100%
2	Secundário	Ajudante de Ação Direta	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;

- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III
Sistema de Informação
CLÁUSULA 15.^a

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada

um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.ª
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

- d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
- e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação

das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.

- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.



Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Associação Juvenil “A Bogalha”

(Adolfo Eduardo de Castro Fernandes)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;

6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e



Centro Comunitário de S. Martinho de Dume adiante designada por CC Dume ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 504 730 584, com sede na Rua Fonte Carreira, nº3, Dume - Braga, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Romeu José Taveira Gomes.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) O CC Dume desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, nas freguesias de Dume, Real, Frossos, Palmeira, Merelim S. Paio, Merelim S. Pedro, Panoias, Parada de Tibães, Mire de Tibães, Padim da Graça e Semelhe.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;

- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de setenta e seis mil, oitocentos e setenta Euros e cinquenta e seis cêntimos (76.870,56€), a que corresponde o valor mensal de seis mil, quatrocentos e cinco Euros e oitenta e oito cêntimos (6.405,88€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817- A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Centro Comunitário de Dume	Técnico	CSF Palmeira	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	69 882,33 €	6 988,23 €	76 870,56 €
	Técnico	CSIF do Cávado e CSIF da Ribeira	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade do CC Dume tem a sua sede na Rua Cónego Insuelas, nº 29, 4700-055, Dume - Braga, não obstante a realização do atendimento descentralizado nas Freguesias da sua área de intervenção, conforme a cláusula 3.ª.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações das UF Freguesias referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
CC Dume	JF Dume	2.ª a 6.ª feira	09:00 às 13:00 e 14:00 às 17:00	253 624 914

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Assistente Social /Interlocutor	100%
1	Educação Social	Educador Social	100%
1	Psicologia	Psicólogo	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;

- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos

contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;

- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.



CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.^a
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.^a
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;

- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.



Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessaçã do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência



- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Centro Comunitário de S. Martinho de Dume

(Romeu José Taveira Gomes)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

- contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
 7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
 8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
 9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
 10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
 11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
 12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
 13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga, adiante designada por CVP Del. Braga ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 500 745 749, com sede na Rua Bernardo



Sequeira, nº 247, 4715-017 Braga, neste ato representada pelo Presidente da Direção, Armando Maria da Cunha Osório Araújo.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A CVP Del. Braga desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico



O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios



mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;

- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de cento e quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e seis Euros e oitenta e quatro cêntimos (144.496,84€), a que corresponde o valor mensal de doze mil, quarenta um Euros e quarenta cêntimos (12.041,40€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817-A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Cruz Vermelha Portuguesa	Técnico	São Lázaro e São João do Souto	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	131 360,76 €	13 136,08 €	144 496,84 €
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			

CLÁUSULA 10.ª



Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da CVP Del. Braga tem a sua sede na Rua Bernardo Sequeira, nº 247, 4715-017 Braga e intervém na União de Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
CVP Del. Braga	Sede do SAAS	2.ª a 6.ª feira	09:30 às 12:30 e 14:00 às 17:00	253208870/918748326

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Sociologia	Técnica Superior/Interlocutora	90%
2	Psicólogas	Técnica Superior	100%
2	Assistentes Sociais	Técnico Superior	100%
1	12º ano (Animadora Sociocultural)	Ajudante de Ação Direta	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;

- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III
Sistema de Informação
CLÁUSULA 15.^a

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada

um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.^a
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.^a
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

- d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
- e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.

- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.



Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Braga

(Armando Maria da Cunha Osório Araújo)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;

6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Santa Casa da Misericórdia de Braga, adiante designada por Misericórdia de Braga ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 500 848 645, com sede na Rua D. Diogo de



Sousa, nº 124, Braga e sede administrativa no Palácio do Raio, situada na Rua do Raio, nº 400, 4700-920, Braga, neste ato representada pelo Provedor, Bernardo José Ferreira Reis.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A Santa Casa da Misericórdia de Braga desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico



O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, na freguesia de S. Vicente.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios



mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;

- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de cento e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro Euros e nove centimos (102.494,09€), a que corresponde o valor mensal de oito mil, quinhentos e quarenta um Euros e dezassete centimos (8.541,17€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817- A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Santa Casa da Misericórdia de Braga	Técnico	CSF São Vicente	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	93 176,44 €	9 317,64 €	102 494,09 €
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção



O SAAS da responsabilidade da Misericórdia de Braga em a sua sede na Av. Artur Soares, nº 324 – Fração BC, 4700-363 e intervém na freguesia de São Vicente.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h30m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da Freguesia referida na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Santa Casa da Misericórdia de Braga	Av. Artur Soares, nº 324 – Fração BC, 4700-363	2.ª a 6.ª feira	10h00m às 13h00m 14h00m às 17h00m	932115898

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Técnico Superior /Interlocutor	100%
2	Serviço Social	Técnico Superior de Serviço Social	100%
1	Psicologia	Psicóloga	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;

- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos

contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;

- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.



CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.^a
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.^a
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;

- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.

- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.



Cláusula 25.^a

Vigência

- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Santa Casa da Misericórdia de Braga

(Bernardo José Ferreira Reis)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;

6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e



Colégio de São Caetano, adiante designada por Colégio de São Caetano ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 500 939 497, com sede no Largo Madre Deus, Maximinos – Braga, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Custódio Macedo Lima.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) O Colégio de São Caetano desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico



O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS na União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios



mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;

- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de noventa e sete mil, seiscentos e quarenta e seis Euros e noventa e seis cêntimos (97.646,96€), a que corresponde o valor mensal de oito mil, cento e trinta sete Euros e vinte e cinco cêntimos (8.137,25€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817-A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Colégio São Caetano	Técnico	Maximinos Sé e Cividade	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	91 258,84 €	6 388,12 €	97 646,96 €
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
	AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
	AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			

CLÁUSULA 10.ª



Âmbito Territorial de Intervenção

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS na União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cidade.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h00m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Colégio São Caetano	Colégio São Caetano	2.ª a 6.ª feira	09h00m às 12h30m 14h00m às 16h30m	253 695 322

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Assistente Social /Interlocutor	100%
3	Ajudante Ação Familiar	Ajudante de Ação Familiar	100%
1	Psicologia	Psicóloga	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;

- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação

socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;

- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.



CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.^a

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no n.º 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos



são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.ª
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;

- e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.

- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável



Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Colégio de São Caetano

(Custódio Macedo Lima)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

- contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;
6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
 7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
 8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
 9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
 10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
 11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
 12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
 13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Sempre a Crescer – Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, adiante designada por Sempre a Crescer ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 504 965 050, com sede na Rua da

Presa, nº 66, Adaúfe, 4710-569, Braga, neste ato representada pela Tesoureira do Conselho de Administração, Katya Solange Gonçalves de Carvalho Ramos.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) A Sempre a Crescer desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico

O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é

estabelecido neste protocolo a execução do SAAS nas freguesias de Adaúfe, Crespos, Pousada, Navarra e Santa Lucrecia de Algeriz.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.



CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;
- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;

- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e sete Euros e quatro centimos (51.247,04€), a que corresponde o valor mensal de quatro mil, duzentos e setenta Euros e cinquenta e nove centimos (4.270,59€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817-A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Sempre a Crescer	Técnico	CSIF do Nordeste	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	46 588,22 €	4 658,82 €	51 247,04 €
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade da Sempre a Crescer tem a sua sede na Rua da Presa, nº 66, Adaúfe Braga, e intervém nas freguesias mencionadas na cláusula 3.ª.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações da(s) (UF) Freguesia(s) referida(s) na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Sempre a Crescer	Junta de Freguesia de Adaúfe	2.ª a 6.ª feira	09h00m às 12h30m 14h00m às 17h00m	936890366

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Serviço Social	Assistente Social /Interlocutor	100%
1	Educação	Técnica Superior de Educação	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;

- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;
- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;

- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;
- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no nº. 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social,

aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.

- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no n.º. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;
 - b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.ª
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.

- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª

Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo, assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.
 - d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
 - e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
 - f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.

- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.
- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;

- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;
- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.



Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Conselho de Administração, a Tesoureira

(Katya Solange Gonçalves de Carvalho Ramos)



PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

PREÂMBULO

A intervenção social desenvolve a sua prática na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdades socioeconómicas, de disfunção, exclusão e na vulnerabilidade social, no sentido da integração e promoção comunitária e desenvolvimento das capacidades, assegurando especial atenção aos grupos sociais mais vulneráveis.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga surge como uma nova lógica de intervenção interativa e pluridisciplinar, que implica a mobilização dos recursos do território, a capacidade para construir percursos de vida para a autonomia e com vista à inserção social, baseando-se numa relação entre os serviços e os cidadãos de maior proximidade.

O exercício de competências pelas autarquias locais no domínio da Ação Social é um fator decisivo de intervenção, conjugando uma resposta de proximidade e mais célere com o desenvolvimento de uma ação social integrada, permitindo criar sinergias entre recursos e as competências existentes na comunidade, integrando perspetivas inovadoras, baseadas na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Assente na missão do Município de Braga, de corresponder às aspirações dos cidadãos e considerando que:

1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
2. Este quadro de competências foi concretizado através do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação, no âmbito do qual passa a ser competência dos órgãos municipais, a partir de 3 de abril de 2023, a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI) e assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
3. Relativamente aos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de março, veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências, e que introduziu alterações à Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto (que estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, na sua redação atual, que institui o Rendimento Social de Inserção);
4. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na sua atual redação o Município do Braga poderá celebrar parcerias com instituições/entidades responsáveis pelo acompanhamento social do território, de forma a garantir maior proximidade e apoio na celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
5. Trata-se de uma medida especial dirigida às pessoas e famílias mais vulneráveis que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção por forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que

contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária;

6. Relativamente ao serviço de atendimento e acompanhamento social, a competência é exercida nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e da segurança social;
7. Nessa sequência, foi publicada a Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, que veio estabelecer os termos de operacionalização da transferência de competências em matéria de SAAS para as câmaras municipais, e introduziu alterações à Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro;
8. O SAAS consubstancia uma proteção especial dos grupos mais vulneráveis, através da disponibilização de informação e da mobilização dos recursos, com vista à prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, promovendo melhorias das condições de vida e bem-estar das populações, facilitadoras da inclusão social;
9. Nos termos previstos no n.º 3 do artigo 5.º da referida Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na redação conferida pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, a câmara municipal, no exercício das competências previstas nos números anteriores, pode contratualizar, através da celebração de acordo específico, com instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas;
10. Para efeitos da celebração dos acordos específicos, as instituições devem cumprir os requisitos estabelecidos no n.º 1, do artigo 5.º-A da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua atual redação;
11. Os acordos específicos a celebrar com as entidades devem prever: a) Os serviços a prestar; b) O âmbito territorial de intervenção; c) As obrigações das partes outorgantes, designadamente a supervisão e formação das equipas; d) O regulamento interno; e) As obrigações específicas dos outorgantes em matéria de proteção de dados e sigilo; f) Os termos e as condições de acesso e registo no sistema de informação específico a que se referem os artigos 14.º e 14.º-A da presente portaria; g) As condições financeiras e materiais, e outras, consideradas relevantes para a prestação do(s) serviço(s);
12. O SAAS possui obrigatoriamente um regulamento interno, cujo modelo é aprovado pela câmara municipal – cfr. artigo 8.º da Portaria n.º 188/2014, na sua atual redação;
13. Nos termos do artigo 10º do DL n.º 55/2020, o exercício das competências SAAS pode ser contratualizado com instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas;

Nestes termos estabelece-se o seguinte Protocolo de Cooperação para o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, doravante designado de SAAS, entre:

O **MUNICÍPIO DE BRAGA**, adiante designado por Município ou Primeiro Outorgante, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, 4700-435-Braga, neste ato representado pelo seu Presidente, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio.

e

Centro Cultural e Social de Santo Adrião, adiante designada por CCSSA ou Segundo Outorgante, pessoa coletiva número 501 483 667, com sede na Rua do Centro Cultural e



Social de Santo Adrião, nº4, Braga, neste ato representado/a pelo Presidente da Direção, João Gonçalves Rodrigues de Sousa.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

Constitui-se objeto do presente protocolo a definição dos termos e condições de implementação das competências transferidas para o Município de Braga no domínio da Ação Social, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.º 63/2021 e 65/2021, de 17 de março, no qual prevê que:

- a) O CCSSA desenvolve o SAAS, garantindo o atendimento e acompanhamento social aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, assegurando a sua efetiva participação na planificação e concretização da inserção social, profissional e comunitária, bem como uma maior participação e responsabilização dos atores sociais locais relevantes.
- b) O Município de Braga providencia a monitorização técnica e o apoio financeiro para o desenvolvimento do SAAS e propõe ações de melhoria à execução do presente protocolo.

CLÁUSULA 2.ª

Objetivos

- 1- Os objetivos gerais deste protocolo assentam na definição do modelo de gestão, organização e funcionamento do SAAS no concelho de Braga, no cumprimento da legislação em vigor, na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, numa ótica de promoção da universalidade de acesso, respeito à privacidade e individualidade, da segurança e bem-estar, assim como na transparência e divulgação do regulamento interno do SAAS.
- 2- São objetivos do SAAS: informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou apoios sociais adequados a cada situação; apoiar em situações de vulnerabilidade social; prevenir situações de pobreza e de exclusão social; contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social; assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social; mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

CLÁUSULA 3.ª

Âmbito geográfico



O âmbito territorial da transferência de competências para a Câmara de Braga, em matéria da Ação Social, é todo o concelho de Braga. Entre o primeiro e segundo outorgantes é estabelecido neste protocolo a execução do SAAS, nas freguesias de Lomar, Arcos, Guisande, Oliveira S. Pedro, Figueiredo, Lamas, Esporões, Morreira, Trandeiras, Escudeiros, Penso Santo Estevão e Penso São Vicente.

CLÁUSULA 4.ª

Natureza do serviço

O SAAS combina as modalidades de atendimento social (*de primeira linha e personalizado*) e acompanhamento social (*assegurar o apoio técnico*), que podem e devem funcionar cumulativamente para as famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como emergência social, incluindo os beneficiários do RSI.

CLÁUSULA 5.ª

Princípios do SAAS

Encontram-se designados como princípios orientadores do SAAS: promoção da inserção social e comunitária; contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes; personalização, seletividades e flexibilidade de apoios sociais; intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos, valorização das parcerias para uma atuação integrada; intervenção mínima, imediata e oportuna.

CLÁUSULA 6.ª

Atividades a desenvolver

1 - O SAAS desenvolve as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação a cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação;
- b) Acompanhamento, de modo a assegurar apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais de cada pessoa e família;
- c) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- d) Elaboração de propostas de atribuição de apoios sociais de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- e) Planeamento e organização da intervenção social;
- f) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- g) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.

2 - Sempre que se justifique, o SAAS pode acionar uma intervenção complementar em parceria com outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da área da saúde, educação, justiça, emprego e formação profissional.

CLÁUSULA 7.ª

Destinatários

No âmbito do presente protocolo de cooperação, a Instituição assegura o atendimento e o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo os beneficiários RSI, bem como de emergência social, de harmonia com a legislação, circulares de orientação técnica e instrumentos regulamentares em vigor.

CAPÍTULO II

Modelo de Operacionalização do Protocolo

CLÁUSULA 8.ª

Obrigações gerais dos outorgantes

Os outorgantes obrigam-se a cooperar ativamente na otimização da resposta social a que o presente protocolo de cooperação se reporta, no cumprimento do estabelecido no Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga, devendo designadamente:

- a) Colaborar entre si, bem como com outras entidades e serviços, tendo em vista uma prestação de serviços de qualidade;
- b) Prestar, mutuamente, informações com interesse para o desenvolvimento e melhoria contínua da intervenção;
- c) Garantir o adequado acompanhamento e avaliação da atividade da resposta social;
- d) Promover, em cooperação, a valorização das competências dos voluntários e dos profissionais envolvidos no desenvolvimento da resposta social.

CLÁUSULA 9.ª

Obrigações do Primeiro Outorgante

1- Ao Primeiro Outorgante é estabelecida a obrigação geral de colaborar com o Segundo Outorgante, garantindo o regular acompanhamento e apoio técnico, através de um conjunto de atuações que visam:

- a) Garantir a coordenação técnica das equipas afetas ao SAAS;
- b) Confirmar que o Segundo Outorgante se encontra devidamente constituído e registado, com a situação financeira devidamente regularizada e organizada e que apresenta proximidade e experiência para a intervenção social, assim como reúne o pessoal qualificado e em número necessário para o desenvolvimento dos serviços a prestar de acordo com a área geográfica aqui designada;
- c) Dar o suporte necessário à promoção da qualidade dos serviços prestados;

- d) Avaliar o funcionamento da resposta social e a qualidade dos serviços prestados e elaborar o respetivo relatório anual com recomendações e corretivas ou de melhoria, a comunicar ao Segundo Outorgante;
- e) Elaborar, decorrente do processo de avaliação referido no ponto anterior e quando aplicável, um Plano de Regularização, sujeito a critérios de exequibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, a acordar com o Segundo Outorgante;
- f) Zelar pelo integral cumprimento das cláusulas do presente protocolo;
- g) Assegurar o cumprimento da legislação em vigor aplicável ao SAAS;
- h) Avaliar o estabelecido no presente protocolo e, caso se justifique, propor as alterações necessárias;
- i) Colaborar na preparação e atualização de regulamentos técnico-jurídicos, quando solicitados pelo Segundo Outorgante;
- j) Redigir, aprovar e divulgar o modelo de Regulamento Interno do SAAS;
- k) Assegurar o pagamento da comparticipação financeira estabelecida, de forma regular e pontual;
- l) Dirigir e coordenar toda a atividade implícita ao Núcleo Local de Inserção (NLI);
- m) Atribuir apoios sociais de carácter eventual, devidamente fundamentadas pela equipa técnica e materializadas no Acordo de Intervenção Social (AIS) ou no Contrato de Inserção (CI).

2- O Primeiro Outorgante compromete-se a transferir para o Segundo Outorgante, em prestações mensais, por transferência bancária, a cada dia 25, a comparticipação financeira anual no valor de noventa e três mil, duzentos e quarenta nove euros e setenta nove centimos (93.249,79€), a que corresponde o valor mensal de sete mil setecentos e setenta euros e oitenta dois centimos (7.770,82€), referente aos encargos mensais com os recursos humanos e de funcionamento, conforme quadro I, abaixo, encontrando-se este encargo financeiro devidamente previsto pelo mapa dos encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da Ação Social, constantes no Anexo ao Despacho n.º 9817- A/2021, de 08 de Outubro e atualizações subsequentes.

ENTIDADE	RECURSOS HUMANOS	TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
Centro Cultural e Social de Santo Adrião	Técnico	CSIF Veiga do Penso	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	84 772,54 €	8 477,25 €	93 249,79 €
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
	AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			

CLÁUSULA 10.ª

Âmbito Territorial de Intervenção

O SAAS da responsabilidade do CCSSA tem a sua sede na Rua do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, nº 4, São Lázaro - Braga, não obstante a realização do atendimento descentralizado nas Freguesias da sua área de intervenção, conforme a cláusula 3.ª.

CLÁUSULA 11.ª

Horário e Locais de Atendimento

- 1- O SAAS funciona de segunda-feira a sexta-feira das 09h00m às 17h30m, encerrando aos fins-de-semana, sábados e domingos, assim como nos feriados e dias Santos.
- 2- O atendimento às populações das Freguesias referidas na cláusula 3.ª deste anexo, decorrerá nos seguintes locais e horários:

SAAS	Local	Dia	Horário	Contacto Telefónico
Centro Cultural e Social de Santo Adrião	Sede do CCSSA	2.ª, 4.ª e 6.ª	09h00m às 13h00m 14h00m às 17h:00m	253 200 693 962 778 618
	JF Escudeiros	3.ª	10h00m às 13h00m	253 200 693 962 778 618
	JF Figueiredo	3.ª	14h00m às 17h30m	253 200 693 962 778 618
	JF de Lomar e Arcos	5.ª	09h30m às 13h00m 14h00m às 17h00m	253 200 693 962 778 618

CLÁUSULA 12.ª

Composição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por Técnicos Superiores com formação na área das Ciências Sociais ou Humanidades e Ajudantes de Ação Direta.
- 2- A constituição das equipas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de Serviço Social.
- 3- A entidade propõe um interlocutor, que tem, nesse concreto, como função estreitar a comunicação da equipa que representa com o Coordenador do Município de Braga.

Número	Formação Académica	Categoria Profissional	Afetação (%)
1	Psicologia	Assistente Social /Interlocutor	100%
2	Serviço Social	Assistente Social	100%
1	Secundário	Ajudante de Ação Direta	100%

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante encontra-se abrangido pelas seguintes obrigações:

- a) Garantir as condições de instalação do SAAS e o funcionamento do serviço, de harmonia com a legislação em vigor, com os normativos aplicáveis e com as normas complementares inscritas no respetivo protocolo;
- b) Garantir qualitativa e quantitativamente os recursos humanos adequados às ações a desenvolver e ao número de agregados familiares a acompanhar, devendo proceder à substituição do pessoal em caso de ausência;
- c) Assegurar as condições de bem-estar das pessoas e das famílias no respeito pela dignidade humana, promovendo a sua autonomia;
- d) Assegurar o atendimento e acompanhamento social das pessoas e os grupos, social e economicamente mais desfavorecidos, incluindo os beneficiários RSI;
- e) Cumprir integralmente com o disposto no Regulamento Interno apresentado pelo Primeiro Outorgante e manter o documento visível e de acesso geral ao público-alvo;
- f) Garantir atendimento a todos os pedidos que lhe sejam apresentados dentro da sua área territorial de intervenção;
- g) Organizar e registar um processo individual por Pessoa/Família, em consonância com o disposto no artigo 9.º, da Portaria n.º 137/2015, de 19 de Maio, utilizando para o efeito o modelo informático disponibilizado pelo Instituto da Segurança Social, I.P.;
- h) Manter atualizado o registo e a qualidade da informação relativa aos atendimentos e acompanhamento social efetuados pela equipa;
- i) Garantir a organização de arquivo em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade;
- j) Atualizar informação referente aos Agregados Familiares;
- k) Utilizar os suportes de informação definidos no âmbito do atendimento e acompanhamento social, ficando os técnicos obrigados ao dever de confidencialidade dos dados a que tenham acesso no desempenho das funções a que se encontram adstritos;
- l) Enviar aos serviços do Município de Braga a documentação relativa a atos ou decisões que careçam de informação e registo, bem como fornecer, dentro do prazo definido, informação de natureza estatística para avaliação qualitativa e quantitativa da atividade desenvolvida;
- m) Proceder ao envio dos documentos e informações que sejam solicitados pelo Município de Braga, nos prazos legais estabelecidos, no âmbito dos serviços prestados, bem como relatórios trimestrais referentes às atividades desenvolvidas;
- n) Proceder ao envio obrigatório das contas com o funcionamento do serviço, com periodicidade semestral, para verificação da sua legalidade;

- o) Cumprir as disposições e os instrumentos legais regulamentares no âmbito da intervenção social prestada;
- p) Facultar, quando para tal for solicitado pelos Serviços competentes do Primeiro Outorgante, o acesso na própria Instituição, aos elementos relativos à situação socioeconómica das Pessoas e das Famílias, de acordo com as regras definidas no Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- q) Colaborar com o NLI designando o interlocutor da equipa com o objetivo de contribuir na definição das ações de negociação, elaboração, celebração e acompanhamento dos contratos de inserção, com vista à inserção social e autonomização dos beneficiários de RSI, de acordo com o disposto na Lei nº. 13/2003, de 21 de Maio, na sua redação atual, assim como apresentar dados de natureza estatística que lhe sejam solicitados;
- r) Utilizar os suportes de informação normalizados pelo Instituto da Segurança Social, I.P no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social e do Rendimento Social de Inserção;
- s) Articular com o NLI de acordo com os procedimentos que por este vierem a ser definidos;
- t) Articular ativamente com o Município e as entidades que integrem o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Braga para a prossecução das finalidades do presente protocolo;
- u) Dispor de Livro de Reclamações, reportando ao Primeiro Outorgante, no prazo de 48 horas, qualquer reclamação ocorrida, assim como as diligências efetuadas no seguimento da mesma;
- v) Dar cumprimento ao estabelecido neste Protocolo.

CLÁUSULA 14.ª

Regulamento Interno

O modelo de Regulamento Interno (SAAS) é da competência do Primeiro Outorgante e deverá conter as normas indispensáveis ao funcionamento da resposta social, nomeadamente:

- a) Explicitação de que o documento deve estar fixado em local visível a todos os utilizadores;
- b) Identificação da natureza e princípios orientadores do SAAS;
- c) Identificação e explicitação dos objetivos do SAAS, serviços a prestar, atividades a desenvolver e âmbito territorial;
- d) Informação sobre organização, regras de funcionamento e constituição da equipa técnica;
- e) Indicação dos horários de funcionamento e atendimento e dos períodos de encerramento, assim como dos contactos da Instituição;
- f) Identificação dos direitos e deveres da Equipa Técnica e da Instituição;
- g) Identificação dos direitos e deveres das Pessoas e das Famílias;

- h) Identificação dos elementos base a constar do processo individual do utente, nos termos referidos na alínea o) da cláusula anterior.

CAPÍTULO III

Sistema de Informação

CLÁUSULA 15.ª

Acesso ao Sistema de Informação da Segurança Social

Para efeitos do disposto no nº. 5 do art.º 10º, do Decreto-Lei nº. 55/2020, de 12 de Agosto, o acesso à informação registada no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS) abrange a aplicação informática denominada Ação Social Interface Parceiros (ASIP), nas vertentes de consulta e registo/correção/alteração de dados, de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções.

- 1- Este acesso envolve apenas pessoas devidamente credenciadas, no número estritamente necessário e encontra-se restringido aos dados relevantes para prossecução das finalidades legalmente previstas no artigo 31.º da Lei de Bases da Segurança Social, aprovada pela Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 83-A/2013, de 30 de Dezembro.
- 2- O acesso à aplicação informática e a gestão da mesma é garantida pelo Instituto de Segurança Social, I.P., mediante a identificação dos utilizadores autorizados pelo Município, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição dos acessos.
- 3- O Segundo Outorgante compromete-se, além de fornecer ao ISS, I.P. a identificação das pessoas autorizadas a aceder à aplicação acima citada, a comunicar eventuais alterações ou cessações de permissão, no prazo máximo de 24 horas.
- 4- O acesso à aplicação informática, por parte das pessoas autorizadas, será efetuado remotamente, de acordo com os perfis definidos para o efeito, através do referido código de utilizador e de uma palavra-passe, pessoal e intransmissível.
- 5- Os técnicos com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema, bem como consultar apenas os dados necessários ao desempenho das suas funções de atendimento e acompanhamento das Pessoas e/ou Famílias.
- 6- De acordo com o previsto no nº. 4 do artigo 14.º, da Portaria 63/2021, de 17 de Março, são, ainda, adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos dos dados pessoais em causa:
 - a) Os perfis para consulta, alteração/correção e eliminação de dados são atribuídos a cada utilizador, mediante assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo ISS, IP. Cada consulta e/ou alteração é auditável, a todo o tempo, quanto ao utilizador que a realizou e respetiva data e hora;

- b) O acesso à informação por parte dos utilizadores, carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicativos do sistema e, dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar. Todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificando utilizador, operação, data e hora da alteração.

CAPÍTULO IV
Disposições Finais
CLÁUSULA 16.ª
Sigilo

- 1- As entidades outorgantes e respetivos técnicos comprometem-se a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes à cooperação e consequentes ações estabelecidas ao abrigo do presente acordo outorgado, mesmo após o termo das suas funções.
- 2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o faltoso nas consequências legal e penalmente previstas, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CLÁUSULA 17.ª
Proteção de Dados

Sem prejuízo no disposto nos números anteriores, as partes obrigam-se a cumprir com a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente:

1. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários para o desenvolvimento das atividades exercidas ao abrigo do presente protocolo, no respeito pelas regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), bem como da legislação nacional aplicável.
2. Todos os dados pessoais recolhidos e tratados destinam-se única e exclusivamente a ser utilizados por ambas as partes na prossecução da finalidade indicada no número anterior, que tem como fundamento de licitude o interesse público.
3. As partes comprometem-se:
 - a) A executar as medidas técnicas e organizativas adequadas para o cumprimento das normas sobre proteção de dados pessoais e assegurar a defesa dos direitos do titular dos dados, nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, (RGPD) e da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto;
 - b) A não proceder à transferência de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União Europeia ou do Estado Português;
 - c) A assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais, nomeadamente os técnicos afetos ao exercício das atividades constantes no presente protocolo,

assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

- d) A adotar medidas para garantir a segurança do tratamento, consoante o que for considerado necessário, adequado e viável às categorias de dados sujeitos a tratamento;
- e) A apagar ou devolver todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados s exigida ao abrigo do direito da União ou do Estado Português;
- f) A Informar imediatamente a entidade competente, se, no seu entender, alguma instrução violar o RGPD, a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, ou outras disposições do direito da União ou do Estado Português em matéria de proteção de dados.

CLÁUSULA 18.ª

Incumprimento

- 1- O não cumprimento das cláusulas constantes do presente Protocolo de Cooperação pode dar lugar a advertência escrita, suspensão e resolução do mesmo.
- 2- Para a situação decorrente do incumprimento referido no número anterior, a Instituição dispõe de um prazo de 30 dias, contados a partir da data da comunicação pelos Serviços do Município de Braga, para se pronunciar e acordar os termos e condições em que serão efetuadas as retificações.

CLÁUSULA 19.ª

Advertência escrita

A advertência escrita concretiza-se através de notificação dirigida ao Segundo Outorgante para, no prazo de 30 dias, se pronunciar sobre o teor da mesma e regularizar a circunstância que deu origem ao incumprimento.

CLÁUSULA 20.ª

Suspensão do Financiamento

- 1- Em situação de incumprimento das obrigações neste Protocolo elencadas e/ou de legislação/orientações técnicas em vigor aplicáveis e, ainda, sempre que ocorram circunstâncias que, pela sua natureza, inviabilizem a subsistência deste Protocolo, pode o Primeiro Outorgante, proceder à suspensão do mesmo, mediante prévia audiência escrita.
- 2- Sem prejuízo do referido no número anterior, a suspensão é aplicada após verificada a subsistência das situações de incumprimento e findo o prazo concedido para a sua regularização, bem como esgotadas que estejam outras medidas e ações tomadas para a sua regularização.
- 3- O prazo de suspensão é de 180 dias, prorrogável, em situações devidamente fundamentadas.

- 4- No caso de incumprimento, por parte da Instituição, do previsto no número anterior, que pela sua natureza não inviabilize a subsistência do protocolo e seja previsível a satisfação das condições estabelecidas nas referidas alíneas no prazo de 90 dias, pode o Município proceder à suspensão do financiamento até à regularização da situação.
- 5- A suspensão deste Protocolo não pode pôr em causa a proteção dos direitos dos utentes e dos beneficiários, bem como a continuidade da resposta social e da correspondente prestação do serviço aos respetivos utentes.
- 6- Após a regularização da situação que determinou a suspensão, o acordo e respetivo pagamento são retomados a partir da data em que a situação se encontra normalizada.

Cláusula 21.ª

Resolução

Ocorrido o incumprimento reiterado das cláusulas constantes deste Protocolo, o Município de Braga pode resolver a contratualização estabelecida mediante comunicação escrita ao Segundo Outorgante, com a antecedência de 90 dias, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a. A continuidade da prestação do serviço às respetivas Pessoas e Famílias;
- b. A observância do disposto no artigo 38.º do Estatuto das IPSS quanto à requisição de bens afetos às atividades das instituições.

Cláusula 22.ª

Cessação do Protocolo

Este protocolo de cooperação pode cessar por:

- a. Caducidade, pelo decurso do prazo ou quando se verifique a impossibilidade definitiva de funcionamento das atividades objeto de protocolo;
- b. Revogação, por acordo entre os Outorgantes, o qual deverá revestir a forma escrita e prever a data a partir da qual produz efeitos, bem como regulamentar os direitos e obrigações das partes decorrentes da cessação;
- c. Resolução sempre que ocorram circunstâncias que pela sua natureza inviabilizem a subsistência da colaboração estabelecida, designadamente, a violação grave e/ou reiterada dos deveres contratualmente assumidos pelos Outorgantes e das disposições legais aplicáveis;
- d. Denúncia de qualquer um dos Outorgantes, mediante comunicação escrita enviada ao outro, com antecedência mínima de 90 dias, desde que por motivos justificados, nomeadamente sempre que ocorram as circunstâncias referidas nas alíneas anteriores.

Cláusula 23.ª

Revisão do Protocolo

O presente Protocolo é revisto, total ou parcialmente, sempre que ocorram motivos que o justifiquem, nomeadamente:

- a. Alteração dos pressupostos ou das condições em que se baseou a sua celebração;



- b. Adequação do clausulado aos objetivos prosseguidos ou a eventuais circunstâncias supervenientes a acautelar.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

Neste Protocolo aplica-se a legislação em vigor para os normativos de cooperação e a resposta social a que se refere, designadamente entre outras o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto, a Portaria n.º 63/2021, de 17 de Março, a Portaria n.º 65/2021, de 17 de Março.

Cláusula 25.ª

Vigência

- 1- O presente protocolo entra em vigor a 03 de Abril de 2023 e tem a duração de um ano, podendo ser renovado automaticamente por períodos análogos, se não for denunciado por qualquer dos Outorgantes, nos termos das Cláusulas anteriores, no que se refere à sua suspensão, cessação ou revisão.
- 2- Este Protocolo será assinado em dois exemplares, que ficarão na posse de cada um dos Outorgantes.

Braga, 03 de Abril de 2023.

Pelo Município de Braga

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Centro Cultural e Social de Santo Adrião

(João Gonçalves Rodrigues de Sousa)



FINANÇAS, MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças, dos Secretários de Estado
da Descentralização e da Administração Local
e da Segurança Social e da Secretária de Estado da Ação Social

Despacho n.º 9817-A/2021

Sumário: Mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece no artigo 12.º o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de ação social.

A concretização dos termos de tal transferência no domínio da ação social consta do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. Em cumprimento do disposto no artigo 16.º deste decreto-lei, os municípios foram individualmente notificados dos elementos a que se refere o n.º 1 do referido artigo para, querendo, se pronunciarem sobre o seu teor.

As transferências de recursos concretizam-se nos termos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.ºs 63/2021, de 17 de março, e 65/2021, de 17 de março, no que se refere à transição dos recursos e meios necessários.

Neste âmbito, o processo de transferência de competências para as autarquias locais em matéria de ação social aplica-se aos acordos e protocolos vigentes à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, os quais caducam no fim do prazo inicial neles estabelecidos ou na data da sua renovação, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 15.º daquele decreto-lei.

As competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, consideram-se transferidas para as autarquias locais a partir de 1 de abril de 2022, por força do disposto no n.º 4 do artigo 24.º do referido decreto-lei, sem prejuízo da comunicação prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e no uso das competências delegadas pelos Despachos n.ºs 623/2020, de 12 de dezembro de 2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 17 de janeiro de 2020, e 892/2020, de 14 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 22 de janeiro de 2020, determina-se:

1 — A publicação, em anexo ao presente despacho e deste fazendo parte integrante, do mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social, previstas nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, no qual são identificados os montantes anuais a transferir por município.

2 — Nas situações em que a transferência de competências se concretize no decurso de um ano civil, as transferências de verbas para os municípios nesse ano são efetuadas de forma proporcional ao período em que a competência é exercida.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

6 de outubro de 2021. — O Ministro de Estado e das Finanças, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 6 de outubro de 2021. — O Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, *Jorge Manuel do Nascimento Botelho*. — 7 de outubro de 2021. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Gabriel Gameiro Rodrigues Bastos*. — 7 de outubro de 2021. — A Secretária de Estado da Ação Social, *Rita da Cunha Mendes*.



ANEXO

(ao despacho a que se refere o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto)

Encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social

Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Aveiro	3 266 179 €	1 016 138 €	344 265 €	426 382 €	5 052 963 €
Águeda	325 651 €	93 570 €	22 759 €	22 441 €	464 421 €
Albergaria-a-Velha	119 482 €	0 €	11 940 €	22 441 €	153 863 €
Anadia	20 797 €	0 €	13 508 €	22 441 €	56 746 €
Arouca	62 220 €	80 403 €	10 323 €	22 441 €	175 387 €
Aveiro	489 829 €	241 989 €	38 556 €	22 441 €	792 815 €
Castelo de Paiva	52 094 €	0 €	7 703 €	22 441 €	82 238 €
Espinho	202 663 €	88 087 €	14 590 €	22 441 €	327 781 €
Estarreja	157 807 €	0 €	12 849 €	22 441 €	193 097 €
Ílhavo	95 153 €	170 350 €	19 005 €	22 441 €	306 949 €
Mealhada	117 507 €	0 €	9 843 €	22 441 €	149 792 €
Murtosa	42 702 €	0 €	5 069 €	22 441 €	70 212 €
Oliveira de Azeméis	222 750 €	0 €	32 716 €	22 441 €	277 906 €
Oliveira do Bairro	126 352 €	0 €	11 849 €	22 441 €	160 642 €
Ovar	292 774 €	92 761 €	26 781 €	22 441 €	434 758 €
Santa Maria da Feira	538 204 €	167 008 €	68 548 €	22 441 €	796 201 €
São João da Madeira	70 333 €	81 970 €	10 768 €	22 441 €	185 513 €
Sever do Vouga	92 376 €	0 €	5 643 €	22 441 €	120 460 €
Vagos	70 649 €	0 €	11 226 €	22 441 €	104 316 €
Vale de Cambra	166 836 €	0 €	10 589 €	22 441 €	199 866 €
Beja	95 153 €	374 684 €	69 861 €	334 373 €	874 072 €
Aljustrel	0 €	0 €	4 100 €	22 441 €	26 541 €
Almodôvar	0 €	0 €	3 338 €	22 441 €	25 779 €
Alvito	0 €	0 €	1 218 €	22 441 €	23 659 €
Barrancos	0 €	0 €	814 €	22 441 €	23 255 €
Beja	95 153 €	187 488 €	16 602 €	31 418 €	330 660 €
Castro Verde	0 €	0 €	3 437 €	22 441 €	25 878 €
Cuba	0 €	0 €	2 276 €	22 441 €	24 717 €
Ferreira do Alentejo	0 €	0 €	3 884 €	22 441 €	26 325 €
Mértola	0 €	0 €	3 069 €	22 441 €	25 510 €
Moura	0 €	88 677 €	6 804 €	33 662 €	129 143 €
Odemira	0 €	98 519 €	12 184 €	22 441 €	133 144 €
Ourique	0 €	0 €	2 303 €	22 441 €	24 744 €
Serpa	0 €	0 €	7 113 €	22 441 €	29 554 €
Vidigueira	0 €	0 €	2 721 €	22 441 €	25 162 €
Braga	1 715 417 €	1 408 292 €	410 054 €	323 153 €	3 856 916 €
Amares	70 649 €	0 €	8 964 €	22 441 €	102 054 €
Barcelos	260 854 €	86 254 €	57 665 €	22 441 €	427 214 €
Braga	517 523 €	450 920 €	90 022 €	26 929 €	1 085 394 €
Cabeceiras de Basto	106 618 €	0 €	7 769 €	22 441 €	136 828 €
Celorico de Basto	29 305 €	102 960 €	9 439 €	22 441 €	164 146 €
Esposende	30 701 €	0 €	16 853 €	22 441 €	69 995 €
Fafe	95 153 €	183 795 €	23 887 €	22 441 €	325 276 €
Guimarães	194 243 €	411 432 €	75 608 €	26 929 €	708 212 €
Póvoa de Lanhoso	16 746 €	0 €	10 612 €	22 441 €	49 800 €
Terras de Bouro	0 €	11 289 €	3 169 €	22 441 €	36 899 €
Vieira do Minho	0 €	0 €	5 888 €	22 441 €	28 329 €
Vila Nova de Famalicão	322 976 €	66 932 €	65 190 €	22 441 €	477 539 €
Vila Verde	70 649 €	82 598 €	23 191 €	22 441 €	198 879 €
Vizela	0 €	12 112 €	11 797 €	22 441 €	46 351 €
Bragança	70 649 €	212 892 €	61 643 €	269 294 €	614 479 €
Alfândega da Fé	0 €	21 321 €	2 260 €	22 441 €	46 023 €
Bragança	0 €	110 294 €	16 620 €	22 441 €	149 355 €
Carrazeda de Ansiães	0 €	0 €	2 812 €	22 441 €	25 253 €
Freixo de Espada à Cinta	0 €	0 €	1 639 €	22 441 €	24 080 €
Macedo de Cavaleiros	0 €	67 912 €	7 200 €	22 441 €	97 553 €
Miranda do Douro	0 €	0 €	3 403 €	22 441 €	25 844 €
Mirandela	70 649 €	0 €	10 792 €	22 441 €	103 882 €
Mogadouro	0 €	0 €	4 197 €	22 441 €	26 638 €
Torre de Moncorvo	0 €	0 €	3 818 €	22 441 €	26 259 €
Vila Flor	0 €	0 €	3 005 €	22 441 €	25 446 €
Vimioso	0 €	13 366 €	2 014 €	22 441 €	37 821 €
Vinhais	0 €	0 €	3 883 €	22 441 €	26 324 €



Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Castelo Branco	229 389 €	0 €	88 596 €	296 223 €	614 209 €
Belmonte	11 388 €	0 €	3 170 €	22 441 €	37 000 €
Castelo Branco	134 237 €	0 €	25 827 €	71 812 €	231 875 €
Covilhã	83 765 €	0 €	23 321 €	22 441 €	129 526 €
Fundão	0 €	0 €	13 222 €	22 441 €	35 663 €
Idanha-a-Nova	0 €	0 €	4 036 €	22 441 €	26 478 €
Oleiros	0 €	0 €	2 496 €	22 441 €	24 938 €
Penamacor	0 €	0 €	2 391 €	22 441 €	24 832 €
Proença-a-Nova	0 €	0 €	3 657 €	22 441 €	26 098 €
Sertão	0 €	0 €	7 265 €	22 441 €	29 706 €
Vila de Rei	0 €	0 €	1 643 €	22 441 €	24 085 €
Vila Velha de Ródão	0 €	0 €	1 567 €	22 441 €	24 008 €
Coimbra	772 435 €	473 665 €	200 544 €	430 870 €	1 877 515 €
Arganil	0 €	0 €	5 477 €	22 441 €	27 918 €
Cantanhede	0 €	0 €	17 353 €	22 441 €	39 794 €
Coimbra	420 157 €	138 331 €	66 173 €	71 812 €	696 472 €
Condeixa-a-Nova	0 €	0 €	8 708 €	22 441 €	31 149 €
Figueira da Foz	210 978 €	171 859 €	29 130 €	22 441 €	434 409 €
Góis	0 €	0 €	1 893 €	22 441 €	24 334 €
Lousã	0 €	0 €	8 476 €	22 441 €	30 917 €
Mira	0 €	0 €	5 855 €	22 441 €	28 296 €
Miranda do Corvo	0 €	0 €	6 278 €	22 441 €	28 719 €
Montemor-o-Velho	70 649 €	0 €	12 485 €	22 441 €	105 576 €
Oliveira do Hospital	70 649 €	80 283 €	9 566 €	22 441 €	182 939 €
Pampilhosa da Serra	0 €	0 €	2 005 €	22 441 €	24 446 €
Penacova	0 €	0 €	6 835 €	22 441 €	29 276 €
Penela	0 €	0 €	2 691 €	22 441 €	25 133 €
Soure	0 €	0 €	8 549 €	22 441 €	30 991 €
Tábua	0 €	83 193 €	5 643 €	22 441 €	111 277 €
Vila Nova de Poiares	0 €	0 €	3 429 €	22 441 €	25 870 €
Évora	646 946 €	155 234 €	75 645 €	363 547 €	1 241 371 €
Alandroal	64 527 €	0 €	2 506 €	22 441 €	89 475 €
Arraiolos	42 542 €	0 €	3 436 €	22 441 €	68 420 €
Borba	70 649 €	0 €	3 360 €	22 441 €	96 451 €
Estremoz	68 499 €	78 432 €	6 342 €	22 441 €	175 714 €
Évora	144 179 €	76 802 €	25 957 €	65 079 €	312 017 €
Montemor-o-Novo	29 689 €	0 €	7 789 €	29 174 €	66 651 €
Mora	42 070 €	0 €	2 072 €	22 441 €	66 584 €
Mourão	0 €	0 €	1 215 €	22 441 €	23 657 €
Portel	26 793 €	0 €	2 905 €	22 441 €	52 139 €
Redondo	29 484 €	0 €	3 161 €	22 441 €	55 086 €
Reguengos de Monsaraz	33 614 €	0 €	4 966 €	22 441 €	61 022 €
Vendas Novas	24 851 €	0 €	5 571 €	22 441 €	52 864 €
Viana do Alentejo	53 271 €	0 €	2 544 €	22 441 €	78 256 €
Vila Viçosa	16 776 €	0 €	3 820 €	22 441 €	43 037 €
Faro	292 996 €	1 479 697 €	217 170 €	359 059 €	2 348 921 €
Albufeira	22 834 €	83 087 €	20 350 €	22 441 €	148 712 €
Alcoutim	0 €	0 €	1 110 €	22 441 €	23 552 €
Aljezur	0 €	17 497 €	2 771 €	22 441 €	42 709 €
Castro Marim	0 €	0 €	3 105 €	22 441 €	25 546 €
Faro	45 668 €	142 366 €	30 173 €	22 441 €	240 648 €
Lagoa	22 834 €	114 833 €	11 257 €	22 441 €	171 365 €
Lagos	45 668 €	95 130 €	15 064 €	22 441 €	178 304 €
Loulé	22 834 €	160 810 €	34 081 €	22 441 €	240 166 €
Monchique	0 €	16 194 €	2 564 €	22 441 €	41 199 €
Olhão	22 834 €	222 375 €	22 074 €	22 441 €	289 724 €
Portimão	43 571 €	310 252 €	27 422 €	22 441 €	403 686 €
São Brás de Alportel	0 €	66 795 €	5 154 €	22 441 €	94 391 €
Silves	0 €	80 256 €	17 901 €	22 441 €	120 598 €
Tavira	43 920 €	70 202 €	12 247 €	22 441 €	148 810 €
Vila do Bispo	0 €	16 106 €	2 550 €	22 441 €	41 098 €
Vila Real de Santo António	22 834 €	83 794 €	9 347 €	22 441 €	138 416 €



Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Guarda	515 981 €	839 070 €	71 433 €	314 176 €	1 740 660 €
Aguiar da Beira	26 743 €	0 €	2 346 €	22 441 €	51 530 €
Almeida	71 547 €	0 €	2 932 €	22 441 €	96 921 €
Celorico da Beira	39 370 €	38 512 €	3 453 €	22 441 €	103 776 €
Figueira de Castelo Rodrigo	3 198 €	0 €	2 797 €	22 441 €	28 436 €
Fornos de Algodres	25 733 €	25 172 €	2 257 €	22 441 €	75 604 €
Gouveia	54 853 €	103 160 €	6 179 €	22 441 €	186 632 €
Guarda	117 277 €	327 782 €	19 350 €	22 441 €	486 849 €
Manteigas	13 342 €	0 €	1 503 €	22 441 €	37 286 €
Mêda	2 612 €	22 250 €	2 285 €	22 441 €	49 588 €
Pinhel	104 088 €	41 479 €	4 259 €	22 441 €	172 267 €
Sabugal	6 081 €	0 €	5 319 €	22 441 €	33 841 €
Seia	12 680 €	199 820 €	11 090 €	22 441 €	246 032 €
Trancoso	34 756 €	49 373 €	4 427 €	22 441 €	110 997 €
Vila Nova de Foz Côa	3 701 €	31 522 €	3 237 €	22 441 €	60 901 €
Leiria	771 675 €	196 677 €	224 953 €	359 059 €	1 552 363 €
Alcobaça	0 €	115 795 €	26 544 €	22 441 €	164 780 €
Alvaiázere	0 €	0 €	3 279 €	22 441 €	25 720 €
Ansião	19 332 €	0 €	5 991 €	22 441 €	47 764 €
Batalha	0 €	0 €	7 838 €	22 441 €	30 280 €
Bombarral	19 441 €	0 €	6 202 €	22 441 €	48 085 €
Caldas da Rainha	114 391 €	0 €	25 504 €	22 441 €	162 336 €
Castanheira de Pêra	0 €	0 €	1 311 €	22 441 €	23 753 €
Figueiró dos Vinhos	0 €	0 €	2 775 €	22 441 €	25 216 €
Leiria	376 164 €	0 €	61 785 €	22 441 €	460 390 €
Marinha Grande	95 153 €	0 €	19 004 €	22 441 €	136 598 €
Nazaré	0 €	30 610 €	7 017 €	22 441 €	60 068 €
Óbidos	0 €	0 €	5 799 €	22 441 €	28 240 €
Pedrogão Grande	0 €	0 €	1 697 €	22 441 €	24 138 €
Peniche	70 649 €	0 €	13 107 €	22 441 €	106 198 €
Pombal	57 062 €	0 €	25 576 €	22 441 €	105 079 €
Porto de Mós	19 483 €	50 272 €	11 524 €	22 441 €	103 720 €
Lisboa	299 441 €	4 233 880 €	873 180 €	702 408 €	6 108 909 €
Alenquer	95 153 €	90 479 €	21 573 €	22 441 €	229 646 €
Amadora	0 €	796 359 €	89 925 €	94 253 €	980 537 €
Arruda dos Vinhos	0 €	0 €	7 463 €	22 441 €	29 904 €
Azambuja	0 €	0 €	11 107 €	22 441 €	33 548 €
Cadaval	70 649 €	0 €	6 743 €	22 441 €	99 834 €
Cascais	0 €	1 058 862 €	105 142 €	53 859 €	1 217 863 €
Lisboa	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Loures	86 158 €	427 085 €	104 590 €	96 497 €	714 330 €
Lourinhã	0 €	0 €	12 703 €	22 441 €	35 144 €
Mafra	0 €	189 424 €	41 571 €	35 906 €	266 901 €
Odivelas	0 €	247 699 €	78 978 €	67 323 €	394 001 €
Oeiras	0 €	515 037 €	87 201 €	22 441 €	624 679 €
Sintra	0 €	571 802 €	192 215 €	136 891 €	900 908 €
Sobral de Monte Agraço	0 €	10 170 €	5 191 €	26 929 €	42 290 €
Torres Vedras	47 480 €	173 914 €	38 707 €	22 441 €	282 542 €
Vila Franca de Xira	0 €	153 049 €	70 072 €	33 662 €	256 783 €
Portalegre	141 299 €	677 530 €	52 196 €	336 617 €	1 207 642 €
Alter do Chão	0 €	15 784 €	1 579 €	22 441 €	39 804 €
Arronches	0 €	25 107 €	1 415 €	22 441 €	48 963 €
Avis	0 €	21 017 €	2 103 €	22 441 €	45 561 €
Campo Maior	70 649 €	69 412 €	3 913 €	22 441 €	166 415 €
Castelo de Vide	0 €	12 808 €	1 460 €	22 441 €	36 709 €
Crato	0 €	27 960 €	1 576 €	22 441 €	51 977 €
Elvas	0 €	184 662 €	10 246 €	22 441 €	217 349 €
Fronteira	0 €	26 630 €	1 478 €	22 441 €	50 549 €
Gavião	0 €	16 556 €	1 656 €	22 441 €	40 653 €
Marvão	0 €	13 255 €	1 511 €	22 441 €	37 207 €
Monforte	0 €	26 239 €	1 479 €	22 441 €	50 159 €
Nisa	0 €	26 687 €	3 043 €	22 441 €	52 171 €
Ponte de Sor	70 649 €	74 651 €	7 468 €	22 441 €	175 210 €
Portalegre	0 €	97 041 €	11 064 €	22 441 €	130 546 €
Sousel	0 €	39 722 €	2 204 €	22 441 €	64 367 €



Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Porto	2 322 019 €	6 705 444 €	879 907 €	935 796 €	10 843 166 €
Amarante	24 561 €	183 082 €	26 408 €	22 441 €	256 491 €
Baião	131 291 €	145 715 €	9 348 €	22 441 €	308 794 €
Felgueiras	134 237 €	113 035 €	27 996 €	22 441 €	297 709 €
Gondomar	134 237 €	920 939 €	81 962 €	53 859 €	1 190 997 €
Lousada	13 397 €	117 878 €	23 154 €	22 441 €	176 869 €
Maia	0 €	403 231 €	68 154 €	53 859 €	525 243 €
Marco de Canaveses	95 153 €	384 642 €	25 564 €	22 441 €	527 800 €
Matosinhos	32 856 €	364 685 €	86 292 €	87 521 €	571 354 €
Paços de Ferreira	19 537 €	237 174 €	28 062 €	33 662 €	318 434 €
Paredes	134 237 €	452 153 €	42 592 €	22 441 €	651 423 €
Penafiel	70 649 €	278 221 €	34 601 €	22 441 €	405 912 €
Porto	570 438 €	1 007 136 €	106 532 €	242 365 €	1 926 471 €
Póvoa de Varzim	95 153 €	110 882 €	30 933 €	22 441 €	259 409 €
Santo Tirso	101 798 €	113 536 €	33 759 €	22 441 €	271 535 €
Trofa	96 104 €	88 080 €	18 961 €	22 441 €	225 587 €
Valongo	170 509 €	386 608 €	47 787 €	22 441 €	627 346 €
Vila do Conde	134 237 €	208 601 €	39 379 €	22 441 €	404 658 €
Vila Nova de Gaia	363 626 €	1 189 846 €	148 423 €	195 238 €	1 897 133 €
Santarém	975 667 €	1 320 690 €	212 644 €	471 264 €	2 980 266 €
Abrantes	70 649 €	105 093 €	17 506 €	22 441 €	215 690 €
Alcanena	25 584 €	39 532 €	6 364 €	22 441 €	93 921 €
Almeirim	0 €	38 407 €	11 168 €	22 441 €	72 017 €
Alpiarça	0 €	12 060 €	3 507 €	22 441 €	38 009 €
Benavente	69 569 €	228 135 €	14 951 €	22 441 €	335 096 €
Cartaxo	0 €	40 544 €	11 748 €	22 441 €	74 733 €
Chamusca	44 006 €	24 863 €	4 579 €	22 441 €	95 890 €
Constância	8 668 €	0 €	1 980 €	22 441 €	33 090 €
Coruche	70 649 €	37 636 €	8 724 €	22 441 €	139 450 €
Entroncamento	45 949 €	57 004 €	10 498 €	22 441 €	135 891 €
Ferreira do Zêzere	16 934 €	0 €	3 953 €	22 441 €	43 328 €
Golegã	25 563 €	14 443 €	2 660 €	22 441 €	65 107 €
Mação	0 €	0 €	3 129 €	22 441 €	25 570 €
Ourém	95 153 €	50 923 €	21 807 €	22 441 €	190 323 €
Rio Maior	0 €	62 526 €	10 065 €	22 441 €	95 032 €
Salvaterra de Magos	70 649 €	42 667 €	10 524 €	22 441 €	146 282 €
Santarém	268 473 €	307 962 €	28 403 €	22 441 €	627 279 €
Sardoal	0 €	0 €	1 850 €	22 441 €	24 291 €
Tomar	78 219 €	151 159 €	18 261 €	22 441 €	270 080 €
Torres Novas	69 569 €	88 916 €	17 305 €	22 441 €	198 230 €
Vila Nova da Barquinha	16 032 €	18 820 €	3 663 €	22 441 €	60 957 €
Setúbal	1 658 061 €	5 402 032 €	421 771 €	368 035 €	7 849 899 €
Alcácer do Sal	41 865 €	54 738 €	5 796 €	22 441 €	124 839 €
Alcochete	41 865 €	106 398 €	9 652 €	22 441 €	180 356 €
Almada	436 789 €	1 201 019 €	83 622 €	35 906 €	1 757 336 €
Barreiro	0 €	569 783 €	37 321 €	33 662 €	640 765 €
Grândola	0 €	68 095 €	7 210 €	22 441 €	97 746 €
Moita	0 €	740 115 €	31 930 €	29 174 €	801 219 €
Montijo	66 984 €	310 314 €	28 150 €	22 441 €	427 889 €
Palmela	61 402 €	207 084 €	31 776 €	26 929 €	327 191 €
Santiago do Cacém	68 194 €	0 €	14 214 €	22 441 €	104 850 €
Seixal	298 635 €	968 842 €	82 558 €	47 126 €	1 397 161 €
Sesimbra	0 €	158 072 €	25 514 €	22 441 €	206 027 €
Setúbal	571 678 €	1 017 573 €	57 282 €	38 150 €	1 684 683 €
Sines	70 649 €	0 €	6 745 €	22 441 €	99 836 €
Viana do Castelo	441 338 €	1 117 002 €	114 287 €	224 412 €	1 897 037 €
Arcos de Valdevez	95 153 €	95 575 €	10 377 €	22 441 €	223 545 €
Caminha	0 €	78 568 €	7 855 €	22 441 €	108 863 €
Melgaço	0 €	29 484 €	4 030 €	22 441 €	55 955 €
Monção	70 649 €	64 810 €	8 859 €	22 441 €	166 760 €
Paredes de Coura	0 €	44 346 €	4 236 €	22 441 €	71 023 €
Ponte da Barca	70 649 €	79 924 €	5 547 €	22 441 €	178 561 €
Ponte de Lima	70 649 €	189 599 €	20 536 €	22 441 €	303 225 €
Valença	0 €	94 942 €	6 573 €	22 441 €	123 956 €
Viana do Castelo	134 237 €	393 766 €	41 882 €	22 441 €	592 326 €
Vila Nova de Cerveira	0 €	45 989 €	4 393 €	22 441 €	72 823 €



Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Vila Real	211 948 €	2 320 738 €	94 958 €	341 106 €	2 968 750 €
Alijó	0 €	100 031 €	5 296 €	22 441 €	127 769 €
Botiças	70 649 €	0 €	2 503 €	22 441 €	95 594 €
Chaves	0 €	546 057 €	19 470 €	24 685 €	590 212 €
Mesão Frio	0 €	88 255 €	1 977 €	22 441 €	112 673 €
Mondim de Basto	0 €	76 535 €	3 456 €	22 441 €	102 432 €
Montalegre	70 649 €	0 €	4 498 €	22 441 €	97 589 €
Murça	0 €	0 €	2 712 €	22 441 €	25 153 €
Peso da Régua	0 €	349 618 €	7 833 €	22 441 €	379 893 €
Ribeira de Pena	0 €	66 082 €	2 984 €	22 441 €	91 507 €
Sabrosa	70 649 €	85 637 €	2 928 €	22 441 €	181 656 €
Santa Marta de Penaguião	0 €	99 791 €	3 290 €	22 441 €	125 522 €
Valpaços	0 €	198 171 €	7 389 €	22 441 €	228 001 €
Vila Pouca de Aguiar	0 €	103 091 €	5 943 €	22 441 €	131 475 €
Vila Real	0 €	607 471 €	24 677 €	47 126 €	679 274 €
Viseu	332 276 €	1 438 475 €	175 399 €	538 588 €	2 484 739 €
Armamar	0 €	32 656 €	2 866 €	22 441 €	57 963 €
Carregal do Sal	0 €	25 338 €	4 597 €	22 441 €	52 376 €
Castro Daire	0 €	82 061 €	6 892 €	22 441 €	111 394 €
Cinfães	70 649 €	182 471 €	9 140 €	22 441 €	284 701 €
Lamego	70 649 €	175 896 €	12 351 €	22 441 €	281 337 €
Mangualde	0 €	77 314 €	9 213 €	22 441 €	108 969 €
Moimenta da Beira	0 €	65 445 €	4 814 €	22 441 €	92 701 €
Mortágua	0 €	0 €	4 382 €	22 441 €	26 824 €
Nelas	0 €	77 908 €	6 448 €	22 441 €	106 797 €
Oliveira de Frades	0 €	4 214 €	4 909 €	22 441 €	31 564 €
Penalva do Castelo	0 €	0 €	3 551 €	22 441 €	25 992 €
Penedono	0 €	16 881 €	1 292 €	22 441 €	40 614 €
Resende	0 €	96 999 €	5 068 €	22 441 €	124 508 €
Santa Comba Dão	0 €	0 €	5 199 €	22 441 €	27 640 €
São João da Pesqueira	0 €	46 271 €	3 540 €	22 441 €	72 252 €
São Pedro do Sul	0 €	6 579 €	7 664 €	22 441 €	36 684 €
Sátão	0 €	0 €	5 741 €	22 441 €	28 182 €
Sernancelhe	0 €	36 217 €	2 664 €	22 441 €	61 322 €
Tabuaço	0 €	33 925 €	2 977 €	22 441 €	59 343 €
Tarouca	0 €	23 960 €	3 840 €	22 441 €	50 241 €
Tondela	0 €	72 408 €	13 137 €	22 441 €	107 987 €
Vila Nova de Paiva	0 €	0 €	2 337 €	22 441 €	24 778 €
Viseu	190 978 €	377 830 €	47 996 €	22 441 €	639 244 €
Vouzela	0 €	4 104 €	4 781 €	22 441 €	31 325 €
Total Continente	14 758 870 €	29 372 140 €	4 588 506 €	7 394 362 €	56 113 878 €

314634087



FINANÇAS, MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças, dos Secretários de Estado
da Descentralização e da Administração Local
e da Segurança Social e da Secretária de Estado da Ação Social

Despacho n.º 9817-A/2021

Sumário: Mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social.

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabelece no artigo 12.º o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais em matéria de ação social.

A concretização dos termos de tal transferência no domínio da ação social consta do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. Em cumprimento do disposto no artigo 16.º deste decreto-lei, os municípios foram individualmente notificados dos elementos a que se refere o n.º 1 do referido artigo para, querendo, se pronunciarem sobre o seu teor.

As transferências de recursos concretizam-se nos termos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e das Portarias n.ºs 63/2021, de 17 de março, e 65/2021, de 17 de março, no que se refere à transição dos recursos e meios necessários.

Neste âmbito, o processo de transferência de competências para as autarquias locais em matéria de ação social aplica-se aos acordos e protocolos vigentes à data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, os quais caducam no fim do prazo inicial neles estabelecidos ou na data da sua renovação, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 15.º daquele decreto-lei.

As competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, consideram-se transferidas para as autarquias locais a partir de 1 de abril de 2022, por força do disposto no n.º 4 do artigo 24.º do referido decreto-lei, sem prejuízo da comunicação prevista no n.º 2 do mesmo artigo.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e no uso das competências delegadas pelos Despachos n.ºs 623/2020, de 12 de dezembro de 2019, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 17 de janeiro de 2020, e 892/2020, de 14 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 22 de janeiro de 2020, determina-se:

1 — A publicação, em anexo ao presente despacho e deste fazendo parte integrante, do mapa com os encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social, previstas nos artigos 10.º e 11.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, no qual são identificados os montantes anuais a transferir por município.

2 — Nas situações em que a transferência de competências se concretize no decurso de um ano civil, as transferências de verbas para os municípios nesse ano são efetuadas de forma proporcional ao período em que a competência é exercida.

3 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

6 de outubro de 2021. — O Ministro de Estado e das Finanças, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*. — 6 de outubro de 2021. — O Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, *Jorge Manuel do Nascimento Botelho*. — 7 de outubro de 2021. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *Gabriel Gameiro Rodrigues Bastos*. — 7 de outubro de 2021. — A Secretária de Estado da Ação Social, *Rita da Cunha Mendes*.



ANEXO

(ao despacho a que se refere o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto)

Encargos anuais com as competências descentralizadas no âmbito da ação social

Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Aveiro	3 266 179 €	1 016 138 €	344 265 €	426 382 €	5 052 963 €
Águeda	325 651 €	93 570 €	22 759 €	22 441 €	464 421 €
Albergaria-a-Velha	119 482 €	0 €	11 940 €	22 441 €	153 863 €
Anadia	20 797 €	0 €	13 508 €	22 441 €	56 746 €
Arouca	62 220 €	80 403 €	10 323 €	22 441 €	175 387 €
Aveiro	489 829 €	241 989 €	38 556 €	22 441 €	792 815 €
Castelo de Paiva	52 094 €	0 €	7 703 €	22 441 €	82 238 €
Espinho	202 663 €	88 087 €	14 590 €	22 441 €	327 781 €
Estarreja	157 807 €	0 €	12 849 €	22 441 €	193 097 €
Ílhavo	95 153 €	170 350 €	19 005 €	22 441 €	306 949 €
Mealhada	117 507 €	0 €	9 843 €	22 441 €	149 792 €
Murtosa	42 702 €	0 €	5 069 €	22 441 €	70 212 €
Oliveira de Azeméis	222 750 €	0 €	32 716 €	22 441 €	277 906 €
Oliveira do Bairro	126 352 €	0 €	11 849 €	22 441 €	160 642 €
Ovar	292 774 €	92 761 €	26 781 €	22 441 €	434 758 €
Santa Maria da Feira	538 204 €	167 008 €	68 548 €	22 441 €	796 201 €
São João da Madeira	70 333 €	81 970 €	10 768 €	22 441 €	185 513 €
Sever do Vouga	92 376 €	0 €	5 643 €	22 441 €	120 460 €
Vagos	70 649 €	0 €	11 226 €	22 441 €	104 316 €
Vale de Cambra	166 836 €	0 €	10 589 €	22 441 €	199 866 €
Beja	95 153 €	374 684 €	69 861 €	334 373 €	874 072 €
Aljustrel	0 €	0 €	4 100 €	22 441 €	26 541 €
Almodôvar	0 €	0 €	3 338 €	22 441 €	25 779 €
Alvito	0 €	0 €	1 218 €	22 441 €	23 659 €
Barrancos	0 €	0 €	814 €	22 441 €	23 255 €
Beja	95 153 €	187 488 €	16 602 €	31 418 €	330 660 €
Castro Verde	0 €	0 €	3 437 €	22 441 €	25 878 €
Cuba	0 €	0 €	2 276 €	22 441 €	24 717 €
Ferreira do Alentejo	0 €	0 €	3 884 €	22 441 €	26 325 €
Mértola	0 €	0 €	3 069 €	22 441 €	25 510 €
Moura	0 €	88 677 €	6 804 €	33 662 €	129 143 €
Odemira	0 €	98 519 €	12 184 €	22 441 €	133 144 €
Ourique	0 €	0 €	2 303 €	22 441 €	24 744 €
Serpa	0 €	0 €	7 113 €	22 441 €	29 554 €
Vidigueira	0 €	0 €	2 721 €	22 441 €	25 162 €
Braga	1 715 417 €	1 408 292 €	410 054 €	323 153 €	3 856 916 €
Amares	70 649 €	0 €	8 964 €	22 441 €	102 054 €
Barcelos	260 854 €	86 254 €	57 665 €	22 441 €	427 214 €
Braga	517 523 €	450 920 €	90 022 €	26 929 €	1 085 394 €
Cabeceiras de Basto	106 618 €	0 €	7 769 €	22 441 €	136 828 €
Celorico de Basto	29 305 €	102 960 €	9 439 €	22 441 €	164 146 €
Esposende	30 701 €	0 €	16 853 €	22 441 €	69 995 €
Fafe	95 153 €	183 795 €	23 887 €	22 441 €	325 276 €
Guimarães	194 243 €	411 432 €	75 608 €	26 929 €	708 212 €
Póvoa de Lanhoso	16 746 €	0 €	10 612 €	22 441 €	49 800 €
Terras de Bouro	0 €	11 289 €	3 169 €	22 441 €	36 899 €
Vieira do Minho	0 €	0 €	5 888 €	22 441 €	28 329 €
Vila Nova de Famalicão	322 976 €	66 932 €	65 190 €	22 441 €	477 539 €
Vila Verde	70 649 €	82 598 €	23 191 €	22 441 €	198 879 €
Vizela	0 €	12 112 €	11 797 €	22 441 €	46 351 €
Bragança	70 649 €	212 892 €	61 643 €	269 294 €	614 479 €
Alfândega da Fé	0 €	21 321 €	2 260 €	22 441 €	46 023 €
Bragança	0 €	110 294 €	16 620 €	22 441 €	149 355 €
Carrazeda de Ansiães	0 €	0 €	2 812 €	22 441 €	25 253 €
Freixo de Espada à Cinta	0 €	0 €	1 639 €	22 441 €	24 080 €
Macedo de Cavaleiros	0 €	67 912 €	7 200 €	22 441 €	97 553 €
Miranda do Douro	0 €	0 €	3 403 €	22 441 €	25 844 €
Mirandela	70 649 €	0 €	10 792 €	22 441 €	103 882 €
Mogadouro	0 €	0 €	4 197 €	22 441 €	26 638 €
Torre de Moncorvo	0 €	0 €	3 818 €	22 441 €	26 259 €
Vila Flor	0 €	0 €	3 005 €	22 441 €	25 446 €
Vimioso	0 €	13 366 €	2 014 €	22 441 €	37 821 €
Vinhais	0 €	0 €	3 883 €	22 441 €	26 324 €



Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Castelo Branco	229 389 €	0 €	88 596 €	296 223 €	614 209 €
Belmonte	11 388 €	0 €	3 170 €	22 441 €	37 000 €
Castelo Branco	134 237 €	0 €	25 827 €	71 812 €	231 875 €
Covilhã	83 765 €	0 €	23 321 €	22 441 €	129 526 €
Fundão	0 €	0 €	13 222 €	22 441 €	35 663 €
Idanha-a-Nova	0 €	0 €	4 036 €	22 441 €	26 478 €
Oleiros	0 €	0 €	2 496 €	22 441 €	24 938 €
Penamacor	0 €	0 €	2 391 €	22 441 €	24 832 €
Proença-a-Nova	0 €	0 €	3 657 €	22 441 €	26 098 €
Sertão	0 €	0 €	7 265 €	22 441 €	29 706 €
Vila de Rei	0 €	0 €	1 643 €	22 441 €	24 085 €
Vila Velha de Ródão	0 €	0 €	1 567 €	22 441 €	24 008 €
Coimbra	772 435 €	473 665 €	200 544 €	430 870 €	1 877 515 €
Arganil	0 €	0 €	5 477 €	22 441 €	27 918 €
Cantanhede	0 €	0 €	17 353 €	22 441 €	39 794 €
Coimbra	420 157 €	138 331 €	66 173 €	71 812 €	696 472 €
Condeixa-a-Nova	0 €	0 €	8 708 €	22 441 €	31 149 €
Figueira da Foz	210 978 €	171 859 €	29 130 €	22 441 €	434 409 €
Góis	0 €	0 €	1 893 €	22 441 €	24 334 €
Lousã	0 €	0 €	8 476 €	22 441 €	30 917 €
Mira	0 €	0 €	5 855 €	22 441 €	28 296 €
Miranda do Corvo	0 €	0 €	6 278 €	22 441 €	28 719 €
Montemor-o-Velho	70 649 €	0 €	12 485 €	22 441 €	105 576 €
Oliveira do Hospital	70 649 €	80 283 €	9 566 €	22 441 €	182 939 €
Pampilhosa da Serra	0 €	0 €	2 005 €	22 441 €	24 446 €
Penacova	0 €	0 €	6 835 €	22 441 €	29 276 €
Penela	0 €	0 €	2 691 €	22 441 €	25 133 €
Soure	0 €	0 €	8 549 €	22 441 €	30 991 €
Tábua	0 €	83 193 €	5 643 €	22 441 €	111 277 €
Vila Nova de Poiares	0 €	0 €	3 429 €	22 441 €	25 870 €
Évora	646 946 €	155 234 €	75 645 €	363 547 €	1 241 371 €
Alandroal	64 527 €	0 €	2 506 €	22 441 €	89 475 €
Arraiolos	42 542 €	0 €	3 436 €	22 441 €	68 420 €
Borba	70 649 €	0 €	3 360 €	22 441 €	96 451 €
Estremoz	68 499 €	78 432 €	6 342 €	22 441 €	175 714 €
Évora	144 179 €	76 802 €	25 957 €	65 079 €	312 017 €
Montemor-o-Novo	29 689 €	0 €	7 789 €	29 174 €	66 651 €
Mora	42 070 €	0 €	2 072 €	22 441 €	66 584 €
Mourão	0 €	0 €	1 215 €	22 441 €	23 657 €
Portel	26 793 €	0 €	2 905 €	22 441 €	52 139 €
Redondo	29 484 €	0 €	3 161 €	22 441 €	55 086 €
Reguengos de Monsaraz	33 614 €	0 €	4 966 €	22 441 €	61 022 €
Vendas Novas	24 851 €	0 €	5 571 €	22 441 €	52 864 €
Viana do Alentejo	53 271 €	0 €	2 544 €	22 441 €	78 256 €
Vila Viçosa	16 776 €	0 €	3 820 €	22 441 €	43 037 €
Faro	292 996 €	1 479 697 €	217 170 €	359 059 €	2 348 921 €
Albufeira	22 834 €	83 087 €	20 350 €	22 441 €	148 712 €
Alcoutim	0 €	0 €	1 110 €	22 441 €	23 552 €
Aljezur	0 €	17 497 €	2 771 €	22 441 €	42 709 €
Castro Marim	0 €	0 €	3 105 €	22 441 €	25 546 €
Faro	45 668 €	142 366 €	30 173 €	22 441 €	240 648 €
Lagoa	22 834 €	114 833 €	11 257 €	22 441 €	171 365 €
Lagos	45 668 €	95 130 €	15 064 €	22 441 €	178 304 €
Loulé	22 834 €	160 810 €	34 081 €	22 441 €	240 166 €
Monchique	0 €	16 194 €	2 564 €	22 441 €	41 199 €
Olhão	22 834 €	222 375 €	22 074 €	22 441 €	289 724 €
Portimão	43 571 €	310 252 €	27 422 €	22 441 €	403 686 €
São Brás de Alportel	0 €	66 795 €	5 154 €	22 441 €	94 391 €
Silves	0 €	80 256 €	17 901 €	22 441 €	120 598 €
Tavira	43 920 €	70 202 €	12 247 €	22 441 €	148 810 €
Vila do Bispo	0 €	16 106 €	2 550 €	22 441 €	41 098 €
Vila Real de Santo António	22 834 €	83 794 €	9 347 €	22 441 €	138 416 €



Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Guarda	515 981 €	839 070 €	71 433 €	314 176 €	1 740 660 €
Aguiar da Beira	26 743 €	0 €	2 346 €	22 441 €	51 530 €
Almeida	71 547 €	0 €	2 932 €	22 441 €	96 921 €
Celorico da Beira	39 370 €	38 512 €	3 453 €	22 441 €	103 776 €
Figueira de Castelo Rodrigo	3 198 €	0 €	2 797 €	22 441 €	28 436 €
Fornos de Algodres	25 733 €	25 172 €	2 257 €	22 441 €	75 604 €
Gouveia	54 853 €	103 160 €	6 179 €	22 441 €	186 632 €
Guarda	117 277 €	327 782 €	19 350 €	22 441 €	486 849 €
Manteigas	13 342 €	0 €	1 503 €	22 441 €	37 286 €
Mêda	2 612 €	22 250 €	2 285 €	22 441 €	49 588 €
Pinhel	104 088 €	41 479 €	4 259 €	22 441 €	172 267 €
Sabugal	6 081 €	0 €	5 319 €	22 441 €	33 841 €
Seia	12 680 €	199 820 €	11 090 €	22 441 €	246 032 €
Trancoso	34 756 €	49 373 €	4 427 €	22 441 €	110 997 €
Vila Nova de Foz Côa	3 701 €	31 522 €	3 237 €	22 441 €	60 901 €
Leiria	771 675 €	196 677 €	224 953 €	359 059 €	1 552 363 €
Alcobaça	0 €	115 795 €	26 544 €	22 441 €	164 780 €
Alvaiázere	0 €	0 €	3 279 €	22 441 €	25 720 €
Ansião	19 332 €	0 €	5 991 €	22 441 €	47 764 €
Batalha	0 €	0 €	7 838 €	22 441 €	30 280 €
Bombarral	19 441 €	0 €	6 202 €	22 441 €	48 085 €
Caldas da Rainha	114 391 €	0 €	25 504 €	22 441 €	162 336 €
Castanheira de Pêra	0 €	0 €	1 311 €	22 441 €	23 753 €
Figueiró dos Vinhos	0 €	0 €	2 775 €	22 441 €	25 216 €
Leiria	376 164 €	0 €	61 785 €	22 441 €	460 390 €
Marinha Grande	95 153 €	0 €	19 004 €	22 441 €	136 598 €
Nazaré	0 €	30 610 €	7 017 €	22 441 €	60 068 €
Óbidos	0 €	0 €	5 799 €	22 441 €	28 240 €
Pedrogão Grande	0 €	0 €	1 697 €	22 441 €	24 138 €
Peniche	70 649 €	0 €	13 107 €	22 441 €	106 198 €
Pombal	57 062 €	0 €	25 576 €	22 441 €	105 079 €
Porto de Mós	19 483 €	50 272 €	11 524 €	22 441 €	103 720 €
Lisboa	299 441 €	4 233 880 €	873 180 €	702 408 €	6 108 909 €
Alenquer	95 153 €	90 479 €	21 573 €	22 441 €	229 646 €
Amadora	0 €	796 359 €	89 925 €	94 253 €	980 537 €
Arruda dos Vinhos	0 €	0 €	7 463 €	22 441 €	29 904 €
Azambuja	0 €	0 €	11 107 €	22 441 €	33 548 €
Cadaval	70 649 €	0 €	6 743 €	22 441 €	99 834 €
Cascais	0 €	1 058 862 €	105 142 €	53 859 €	1 217 863 €
Lisboa	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Loures	86 158 €	427 085 €	104 590 €	96 497 €	714 330 €
Lourinhã	0 €	0 €	12 703 €	22 441 €	35 144 €
Mafra	0 €	189 424 €	41 571 €	35 906 €	266 901 €
Odivelas	0 €	247 699 €	78 978 €	67 323 €	394 001 €
Oeiras	0 €	515 037 €	87 201 €	22 441 €	624 679 €
Sintra	0 €	571 802 €	192 215 €	136 891 €	900 908 €
Sobral de Monte Agraço	0 €	10 170 €	5 191 €	26 929 €	42 290 €
Torres Vedras	47 480 €	173 914 €	38 707 €	22 441 €	282 542 €
Vila Franca de Xira	0 €	153 049 €	70 072 €	33 662 €	256 783 €
Portalegre	141 299 €	677 530 €	52 196 €	336 617 €	1 207 642 €
Alter do Chão	0 €	15 784 €	1 579 €	22 441 €	39 804 €
Arronches	0 €	25 107 €	1 415 €	22 441 €	48 963 €
Avis	0 €	21 017 €	2 103 €	22 441 €	45 561 €
Campo Maior	70 649 €	69 412 €	3 913 €	22 441 €	166 415 €
Castelo de Vide	0 €	12 808 €	1 460 €	22 441 €	36 709 €
Crato	0 €	27 960 €	1 576 €	22 441 €	51 977 €
Elvas	0 €	184 662 €	10 246 €	22 441 €	217 349 €
Fronteira	0 €	26 630 €	1 478 €	22 441 €	50 549 €
Gavião	0 €	16 556 €	1 656 €	22 441 €	40 653 €
Marvão	0 €	13 255 €	1 511 €	22 441 €	37 207 €
Monforte	0 €	26 239 €	1 479 €	22 441 €	50 159 €
Nisa	0 €	26 687 €	3 043 €	22 441 €	52 171 €
Ponte de Sor	70 649 €	74 651 €	7 468 €	22 441 €	175 210 €
Portalegre	0 €	97 041 €	11 064 €	22 441 €	130 546 €
Sousel	0 €	39 722 €	2 204 €	22 441 €	64 367 €



Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Porto	2 322 019 €	6 705 444 €	879 907 €	935 796 €	10 843 166 €
Amarante	24 561 €	183 082 €	26 408 €	22 441 €	256 491 €
Baião	131 291 €	145 715 €	9 348 €	22 441 €	308 794 €
Felgueiras	134 237 €	113 035 €	27 996 €	22 441 €	297 709 €
Gondomar	134 237 €	920 939 €	81 962 €	53 859 €	1 190 997 €
Lousada	13 397 €	117 878 €	23 154 €	22 441 €	176 869 €
Maia	0 €	403 231 €	68 154 €	53 859 €	525 243 €
Marco de Canaveses	95 153 €	384 642 €	25 564 €	22 441 €	527 800 €
Matosinhos	32 856 €	364 685 €	86 292 €	87 521 €	571 354 €
Paços de Ferreira	19 537 €	237 174 €	28 062 €	33 662 €	318 434 €
Paredes	134 237 €	452 153 €	42 592 €	22 441 €	651 423 €
Penafiel	70 649 €	278 221 €	34 601 €	22 441 €	405 912 €
Porto	570 438 €	1 007 136 €	106 532 €	242 365 €	1 926 471 €
Póvoa de Varzim	95 153 €	110 882 €	30 933 €	22 441 €	259 409 €
Santo Tirso	101 798 €	113 536 €	33 759 €	22 441 €	271 535 €
Trofa	96 104 €	88 080 €	18 961 €	22 441 €	225 587 €
Valongo	170 509 €	386 608 €	47 787 €	22 441 €	627 346 €
Vila do Conde	134 237 €	208 601 €	39 379 €	22 441 €	404 658 €
Vila Nova de Gaia	363 626 €	1 189 846 €	148 423 €	195 238 €	1 897 133 €
Santarém	975 667 €	1 320 690 €	212 644 €	471 264 €	2 980 266 €
Abrantes	70 649 €	105 093 €	17 506 €	22 441 €	215 690 €
Alcanena	25 584 €	39 532 €	6 364 €	22 441 €	93 921 €
Almeirim	0 €	38 407 €	11 168 €	22 441 €	72 017 €
Alpiarça	0 €	12 060 €	3 507 €	22 441 €	38 009 €
Benavente	69 569 €	228 135 €	14 951 €	22 441 €	335 096 €
Cartaxo	0 €	40 544 €	11 748 €	22 441 €	74 733 €
Chamusca	44 006 €	24 863 €	4 579 €	22 441 €	95 890 €
Constância	8 668 €	0 €	1 980 €	22 441 €	33 090 €
Coruche	70 649 €	37 636 €	8 724 €	22 441 €	139 450 €
Entroncamento	45 949 €	57 004 €	10 498 €	22 441 €	135 891 €
Ferreira do Zêzere	16 934 €	0 €	3 953 €	22 441 €	43 328 €
Golegã	25 563 €	14 443 €	2 660 €	22 441 €	65 107 €
Mação	0 €	0 €	3 129 €	22 441 €	25 570 €
Ourém	95 153 €	50 923 €	21 807 €	22 441 €	190 323 €
Rio Maior	0 €	62 526 €	10 065 €	22 441 €	95 032 €
Salvaterra de Magos	70 649 €	42 667 €	10 524 €	22 441 €	146 282 €
Santarém	268 473 €	307 962 €	28 403 €	22 441 €	627 279 €
Sardoal	0 €	0 €	1 850 €	22 441 €	24 291 €
Tomar	78 219 €	151 159 €	18 261 €	22 441 €	270 080 €
Torres Novas	69 569 €	88 916 €	17 305 €	22 441 €	198 230 €
Vila Nova da Barquinha	16 032 €	18 820 €	3 663 €	22 441 €	60 957 €
Setúbal	1 658 061 €	5 402 032 €	421 771 €	368 035 €	7 849 899 €
Alcácer do Sal	41 865 €	54 738 €	5 796 €	22 441 €	124 839 €
Alcochete	41 865 €	106 398 €	9 652 €	22 441 €	180 356 €
Almada	436 789 €	1 201 019 €	83 622 €	35 906 €	1 757 336 €
Barreiro	0 €	569 783 €	37 321 €	33 662 €	640 765 €
Grândola	0 €	68 095 €	7 210 €	22 441 €	97 746 €
Moita	0 €	740 115 €	31 930 €	29 174 €	801 219 €
Montijo	66 984 €	310 314 €	28 150 €	22 441 €	427 889 €
Palmela	61 402 €	207 084 €	31 776 €	26 929 €	327 191 €
Santiago do Cacém	68 194 €	0 €	14 214 €	22 441 €	104 850 €
Seixal	298 635 €	968 842 €	82 558 €	47 126 €	1 397 161 €
Sesimbra	0 €	158 072 €	25 514 €	22 441 €	206 027 €
Setúbal	571 678 €	1 017 573 €	57 282 €	38 150 €	1 684 683 €
Sines	70 649 €	0 €	6 745 €	22 441 €	99 836 €
Viana do Castelo	441 338 €	1 117 002 €	114 287 €	224 412 €	1 897 037 €
Arcos de Valdevez	95 153 €	95 575 €	10 377 €	22 441 €	223 545 €
Caminha	0 €	78 568 €	7 855 €	22 441 €	108 863 €
Melgaço	0 €	29 484 €	4 030 €	22 441 €	55 955 €
Monção	70 649 €	64 810 €	8 859 €	22 441 €	166 760 €
Paredes de Coura	0 €	44 346 €	4 236 €	22 441 €	71 023 €
Ponte da Barca	70 649 €	79 924 €	5 547 €	22 441 €	178 561 €
Ponte de Lima	70 649 €	189 599 €	20 536 €	22 441 €	303 225 €
Valença	0 €	94 942 €	6 573 €	22 441 €	123 956 €
Viana do Castelo	134 237 €	393 766 €	41 882 €	22 441 €	592 326 €
Vila Nova de Cerveira	0 €	45 989 €	4 393 €	22 441 €	72 823 €



Distrito e Concelho	Acordos SAAS	Protocolos Acordos Inserção RSI	Subsídios eventuais	Recursos Humanos	Total
Vila Real	211 948 €	2 320 738 €	94 958 €	341 106 €	2 968 750 €
Alijó	0 €	100 031 €	5 296 €	22 441 €	127 769 €
Botiças	70 649 €	0 €	2 503 €	22 441 €	95 594 €
Chaves	0 €	546 057 €	19 470 €	24 685 €	590 212 €
Mesão Frio	0 €	88 255 €	1 977 €	22 441 €	112 673 €
Mondim de Basto	0 €	76 535 €	3 456 €	22 441 €	102 432 €
Montalegre	70 649 €	0 €	4 498 €	22 441 €	97 589 €
Murça	0 €	0 €	2 712 €	22 441 €	25 153 €
Peso da Régua	0 €	349 618 €	7 833 €	22 441 €	379 893 €
Ribeira de Pena	0 €	66 082 €	2 984 €	22 441 €	91 507 €
Sabrosa	70 649 €	85 637 €	2 928 €	22 441 €	181 656 €
Santa Marta de Penaguião	0 €	99 791 €	3 290 €	22 441 €	125 522 €
Valpaços	0 €	198 171 €	7 389 €	22 441 €	228 001 €
Vila Pouca de Aguiar	0 €	103 091 €	5 943 €	22 441 €	131 475 €
Vila Real	0 €	607 471 €	24 677 €	47 126 €	679 274 €
Viseu	332 276 €	1 438 475 €	175 399 €	538 588 €	2 484 739 €
Armamar	0 €	32 656 €	2 866 €	22 441 €	57 963 €
Carregal do Sal	0 €	25 338 €	4 597 €	22 441 €	52 376 €
Castro Daire	0 €	82 061 €	6 892 €	22 441 €	111 394 €
Cinfães	70 649 €	182 471 €	9 140 €	22 441 €	284 701 €
Lamego	70 649 €	175 896 €	12 351 €	22 441 €	281 337 €
Mangualde	0 €	77 314 €	9 213 €	22 441 €	108 969 €
Moimenta da Beira	0 €	65 445 €	4 814 €	22 441 €	92 701 €
Mortágua	0 €	0 €	4 382 €	22 441 €	26 824 €
Nelas	0 €	77 908 €	6 448 €	22 441 €	106 797 €
Oliveira de Frades	0 €	4 214 €	4 909 €	22 441 €	31 564 €
Penalva do Castelo	0 €	0 €	3 551 €	22 441 €	25 992 €
Penedono	0 €	16 881 €	1 292 €	22 441 €	40 614 €
Resende	0 €	96 999 €	5 068 €	22 441 €	124 508 €
Santa Comba Dão	0 €	0 €	5 199 €	22 441 €	27 640 €
São João da Pesqueira	0 €	46 271 €	3 540 €	22 441 €	72 252 €
São Pedro do Sul	0 €	6 579 €	7 664 €	22 441 €	36 684 €
Sátão	0 €	0 €	5 741 €	22 441 €	28 182 €
Sernancelhe	0 €	36 217 €	2 664 €	22 441 €	61 322 €
Tabuaço	0 €	33 925 €	2 977 €	22 441 €	59 343 €
Tarouca	0 €	23 960 €	3 840 €	22 441 €	50 241 €
Tondela	0 €	72 408 €	13 137 €	22 441 €	107 987 €
Vila Nova de Paiva	0 €	0 €	2 337 €	22 441 €	24 778 €
Viseu	190 978 €	377 830 €	47 996 €	22 441 €	639 244 €
Vouzela	0 €	4 104 €	4 781 €	22 441 €	31 325 €
Total Continente	14 758 870 €	29 372 140 €	4 588 506 €	7 394 362 €	56 113 878 €

314634087

Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social e RSI de BRAGA
RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS													
ENTIDADE		VALOR ISS 2022	PROPOSTA ISS RECURSOS HUMANOS	PROPOSTA DE TERRITÓRIO	VENCIMENTO BRUTO	TAXA SEGURANÇA SOCIAL	SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO	SEGURO	MEDICINA TRABALHO	SUB-TOTAL	TOTAL RH	FUNCIONAMENTO	GLOBAL
A Bogalha	4 Técnicos 6 AAD	192 156,96 €	Técnico	CSF São Vitor	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	169 545,08 €	16 954,51 €	186 499,59 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
Santa Casa da Misericórdia de Braga	3 Técnicos a 100 % 1 Coord 50 %	98 578,20 €	Técnico	CSF São Vicente	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	93 176,44 €	9 317,64 €	102 494,09 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
Colégio São Caetano	2 Técnicos a 100 % 3 AAD	97 289,52 €	Técnico	Maximinos Sé e Cividade	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	91 258,84 €	6 388,12 €	97 646,96 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
			AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
			AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
Cruz Vermelha Portuguesa	3 TS a 100 % 2TS a 50% 3 AAD	148 193,88 €	Técnico	São Lázaro e São João do Souto	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	131 360,76 €	13 136,08 €	144 496,84 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
Centro Comunitário de Dume	2 Técnicos 100 % 1 Tec. 50% 1 Adm. 50 %	72 206,52 €	Técnico	CSF Palmeira CSIF do Cávado e CSIF da Ribeira	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	69 882,33 €	6 988,23 €	76 870,56 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
Centro Cultural e Social de Santo Adrião	2 Técnicos 3 AAD	84 071,40 €	Técnico	CSIF Veiga do Penso	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	84 772,54 €	8 477,25 €	93 249,79 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
ASCREDNO	2 TS a 100%, 1 TS a 60% 1 Administrativo	76 519,68 €	Técnico	CSIF do Monte Sameiro e CSIF Alto Este	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	69 882,33 €	6 988,23 €	76 870,56 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
Sempre a Crescer	2 Técnicos 100% 1 Técnico a 50% 1 Adm. 50%	63 102,96 €	Técnico	CSIF do Nordeste	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	46 588,22 €	4 658,82 €	51 247,04 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
Centro Social de Cunha	3 Técnicos a 100 % 1 aTS 50 % 1 Diretor Téc. 50 % 1 Adm. 100% 1 Motorista a 40%	98 703,84 €	Técnico	CSIF do Oeste e CSIF Caminhos do Sul e CSIF Varandas do Oeste	17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €	108 066,65 €	10 806,66 €	118 873,31 €
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			Técnico		17 752,56 €	3 958,82 €	1 258,40 €	304,33 €	20,00 €	23 294,11 €			
			AAD		10 976,00 €	2 447,65 €	1 258,40 €	188,16 €	20,00 €	14 890,21 €			
930 822,96 €					655 889,92 €	146 263,45 €	50 336,00 €	11 243,83 €	800,00 €	864 533,20 €	864 533,20 €	83 715,55 €	948 248,75 €

83 715,55 €

Dotação Inicial
Diferença

945 914,16 €

Ofício do Governo

2 334,59 €